

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE CASTANHAL  
FACULDADE DE PEDAGOGIA

GABRIELLY GOMES DOS REIS

**IMPLICAÇÕES DECORRENTES DAS DIFERENÇAS DE GÊNERO  
PARA A PRÁTICA DE PROFESSORES DO SEXO MASCULINO NA  
EDUCAÇÃO INFANTIL**

CASTANHAL – PA  
JUNHO/2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE CASTANHAL  
FACULDADE DE PEDAGOGIA

GABRIELLY GOMES DOS REIS

**IMPLICAÇÕES DECORRENTES DAS DIFERENÇAS DE GÊNERO  
PARA A PRÁTICA DE PROFESSORES DO SEXO MASCULINO NA  
EDUCAÇÃO INFANTIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Faculdade de Pedagogia da Universidade Federal do Pará (UFPA), Campus Castanhal, como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia.

Orientador: Profa. Dra. Lilian Silva de Sales.

CASTANHAL – PA

JUNHO/2019

GABRIELLY GOMES DOS REIS

**IMPLICAÇÕES DECORRENTES DAS DIFERENÇAS DE GÊNERO PARA A  
PRÁTICA DE PROFESSORES DO SEXO MASCULINO NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Faculdade de Pedagogia da Universidade Federal do Pará (UFPA), Campus Castanhal, como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia.

Orientador: Profa. Dra. Lilian Silva de Sales.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientadora: Profa. Dra. Lilian Silva de Sales  
Universidade Federal do Pará (UFPA)

---

Examinadora: Msc. Elaine Cristina Santos da Silva  
Secretaria Municipal de Educação (SEMED)

---

Examinadora: Zélia Vanuza Marques  
Pedagoga da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater)

Conceito: EXCELENTE

Castanhal – Pará, 28 de Junho de 2019.

## AGRADECIMENTOS

Sou imensamente grata a Deus, pois é Ele quem me deu sabedoria para conquistar mais essa etapa na minha vida. Só Ele sabe das vezes que eu pensei em desistir, mas que por amor de mim, Ele me fez reviver, me encheu de força e graça de uma forma tão extraordinária, a ponto de me transbordar de alegria, coragem e inspiração. Rei dos Reis e Senhor dos Senhores, eu te honro, por você ter tido paciência comigo, e te adoro por ser esse Pai mais que presente na minha vida. Meu muito obrigada!

Agradeço aos meus pais – Maria da Conceição e Pedro Magalhães, que não mediram esforços para que eu cursasse uma faculdade, além de me cobrirem com suas orações para que eu pudesse vencer todas as dificuldades em busca da realização do meu sonho.

Não posso deixar de agradecer também ao Lucas Machado, meu namorado, melhor amigo e companheiro para todos os momentos, meu verdadeiro auto astral, pois quando estou desanimada, ele sabe exatamente o que fazer, o que dizer, como me acalmar, sempre com muita paciência, amor e carinho, como se eu fosse uma filha. Meu muito obrigada por escolher fazer parte da minha vida, e assim poder viver mais esse momento comigo!

Às minhas amigas, pelo carinho, apoio e companheirismo diário. Obrigada por contagiar as minhas tardes na faculdade com muita alegria e sorrisos, levarei vocês dentro do meu coração, assim como cada momento e cada aprendizado. Desejo que nossa amizade permaneça, pois me faz muito bem!

Direciono também o meu muito obrigada a Dr. Lilian Silva de Sales, por ter sido uma orientadora maravilhosa, tanto como pessoa quanto profissional, pois desde o momento que ela se comprometeu comigo, ela sempre esteve disponível a me auxiliar no que fosse preciso, além de ter me apoiado na continuidade deste tema de pesquisa, o que foi muito importante para mim, pois muitos professores tentaram fazer com eu mudasse meu foco de análise, sendo assim, eu agradeço muito sua compreensão professora!

Finalizo meus agradecimentos dando destaque ao Curso de Licenciatura em Pedagogia, e a dois professores incríveis que deram o melhor de si, antecipando nossos estágios, para que a turma conseguisse formar no tempo previsto, são eles: Dr. Francisco Valdinei dos Santos Anjos e Dra. Eula Regina Lima Nascimento, a turma de Pedagogia 2015 agradece a vocês!

*Não se pode mudar a sociedade a partir da escola, mas podem-se lançar alternativas, desenhar novas possibilidades, ensinar a abrir caminhos e mostrar que nós, os seres humanos, podemos escolher.*

*Montserrat Moreno*

## RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo analisar como são construídas as concepções de gênero na sociedade contemporânea, a fim de entender de que forma os significados femininos e masculinos historicamente construídos à profissão docente implicam na prática pedagógica de professores do sexo masculino no contexto da Educação Infantil. Para tanto, foram entrevistados dois professores e dois gestores escolares do município de Castanhal – PA, contestando, à luz de seus relatos, algumas concepções preconceituosas que se justificam nas diferenças de gênero para determinar homens e mulheres no âmbito do mercado de trabalho. Suscitando com base nos estudos feministas e de gênero, uma educação não sexista, que vise a desconstrução de estereótipos que atenuam ainda mais as desigualdades em torno dos gêneros, buscando assim, subsídios capazes de nos orientar sobre a necessidade de considerar o caráter relacional tanto do homem/professor quanto da mulher/professora na educação, entendendo que ambos podem contribuir da sua maneira para o processo de ensino-aprendizagem, conferindo-os o direito de ocupar lugares/posições/funções conforme suas perspectivas pessoais e profissionais, independente de um sexo ou de outro.

**Palavras-chave:** Diferenças de gênero, Prática docente, Professor/homem, Desigualdades, Educação não sexista.

## **ABSTRACT**

The present research aims at analyzing how gender conceptions are constructed in contemporary society in order to understand how the feminine and masculine meanings historically constructed to the teaching profession imply in the pedagogical practice of male teachers in the context of Early Childhood Education. For this purpose, two teachers and two school administrators from the municipality of Castanhal – PA, were interviewed, challenging, in the light of their reports, some prejudiced conceptions that are justified in the gender differences to determine men and women within the labor market. Raising on the basis of feminist and gender studies, a non-sexist education, aimed at the deconstruction of stereotypes that further attenuate gender inequalities, thus seeking subsidies capable of orienting us on the need to consider the relational character of both the man / teacher and of the woman / teacher in education, understanding that both can contribute in their own way to the teaching-learning process, giving them the right to occupy places / positions / functions according to their personal and professional perspectives, regardless of gender or other.

**Keywords:** Gender differences, Teaching practice, Teacher / man, Inequalities, Non-sexist education

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	09
<b>I UM DEBATE HISTÓRICO E CONCEITUAL DE GÊNERO</b> .....	13
<b>1.1 A construção das masculinidades</b> .....	15
<b>1.2 A relação entre corpo e cultura na definição das concepções de gênero</b> .....	17
<b>1.3 Um repensar da identidade masculina: desconstruindo ideologias patriarcais e normativas em busca da equidade de gênero</b> .....	20
<b>II A INFLUÊNCIA DA CONSTRUÇÃO DOS PAPÉIS DE GÊNERO NA ESCOLHA PROFISSIONAL</b> .....	23
<b>2.1 O professor-homem no contexto da educação infantil</b> .....	27
<b>2.2 Coeducar: uma perspectiva possível na educação</b> .....	32
<b>III METODOLOGIA</b> .....	35
<b>IV APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS</b> .....	37
<b>4.1 Articulações sobre a prática cotidiana dos professores Arthur e Bernardo</b> .....	37
<b>4.2 Concepções de gestores educacionais sobre o professor/homem e as implicações de gênero na docência</b> .....	51
<b>CONCLUSÃO</b> .....	58
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	60
<b>APÊNDICE A – ENTREVISTA DIRECIONADA AOS PROFESSORES</b> .....	66
<b>APÊNDICE B – ENTREVISTA DIRECIONADA AOS GESTORES</b> .....	69
<b>APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO</b> .....	71

## INTRODUÇÃO

As relações de gênero têm sido alvo de importantes discussões no âmbito educacional, visto que este é um fator determinante na formação de identidades, aceitação social e reconhecimento profissional. E se tratando da profissão docente, as implicações decorrentes das diferenças de gênero tendem a ser mais latentes, uma vez que ainda são frequentes os discursos preconceituosos que determinam as profissões de acordo com o que foi socioculturalmente estabelecido ao homem e a mulher.

Diante deste enfoque, torna-se evidente como a distinção feita mediante os gêneros tem implicado na feminização da docência, visto que a representação feminina ainda é um aspecto predominante nos cursos de formação, especialmente no curso de Pedagogia, em virtude de determinados estigmas socioculturais construídos em torno da mulher, e conseqüentemente da profissão docente. Da mesma forma, que vem reforçando as barreiras discriminatórias no exercício da prática docente de homens que atuam como professores da educação infantil e ensino fundamental.

Visto que, a mentalidade dos indivíduos ainda está arraigada em concepções machistas, nas quais a mulher, por seu caráter maternal, possui as competências e habilidades necessárias ao trabalho que envolve cuidados corporais e proximidades afetivas, conferindo ao gênero feminino lugares específicos na área da educação. Como afirma Louro:

A escola é feminina, porque é, primordialmente, um lugar de atuação de mulheres — elas organizam e ocupam o espaço, elas são as professoras; a atividade escolar é marcada pelo cuidado, pela vigilância e pela educação, tarefas tradicionalmente femininas (Louro, 1997, p.88).

Destacando a destarte às implicações decorrentes das diferenças de gênero na docência, bem como o dilema pessoal enfrentado por profissionais do gênero masculino, no que diz respeito a sua identidade, intenções e condutas, uma vez que diversos são os preconceitos e estigmas construídos em torno deste sujeito, nas quais influenciam também na forma como algumas instituições de ensino tendem a selecionar o profissional docente que irá trabalhar com crianças pequenas, restringindo o campo de atuação do homem frente as demandas escolares, levando-o a buscar por cargos como gestão e coordenação, em detrimento do magistério.

Compreende-se portanto, que a sociedade patriarcal demanda não só os espaços a serem ocupados pelos sujeitos, como os desejos que estes deve expressar, determinando mesmo que de forma inconsciente as condutas mais “adequadas” ao gênero feminino/masculino. Como

afirma Souza, “são produzidas verdades sobre mulheres e homens, produzindo-se condutas apropriadas ao masculino e ao feminino, características masculinas e femininas, modos de raciocínio masculinos e femininos, desejos e aspirações masculinas e femininas” (SOUZA, 2008, p. 73).

Conjuntura que infere sob inúmeros estudos em torno do sujeito feminino na docência, no que diz respeito às desigualdades mediante o gênero, discussão que se faz essencial para as conquistas políticas e sociais em torno da mulher, mas que também consideramos necessário ao entendimento das nuances que demarcam o cotidiano do homem/professor, visando superar alguns equívocos socioculturais, principalmente com relação aos vínculos afetivos estabelecidos na relação professor/criança.

Este trabalho, portanto, é uma tentativa de conhecer como são construídas as concepções de gênero na sociedade contemporânea, a fim de constatar se há diferenças e/ou semelhanças entre a docência exercida por homens e por mulheres no âmbito escolar; assim como entender de que forma os significados femininos e masculinos historicamente construídos à profissão docente implicam na prática pedagógica de professores do sexo masculino; além de analisar as implicações decorrentes das diferenças de gênero durante o processo de ensino-aprendizagem, suscitando com base nos estudos feministas uma educação não discriminatória e não sexista.

Em vista disso, busca-se esclarecer a categoria gênero, aliando-a a uma discussão sobre masculinidades, a fim de contestar algumas concepções com relação ao campo da docência, em especial àquelas que se sustentam nas diferenças de gênero para justificar a capacidade de um gênero (feminino), em detrimento do outro (masculino), para o desenvolvimento da função de professor primário, tendo em vista aspectos que consideraram esta profissão como sendo extensão das atividades do lar, atenuando cada vez mais as desigualdades de gênero.

De modo, a contribuir de forma significativa no romper de determinadas representações sociais vinculadas aos gêneros, e que estão presentes no universo da escola, definindo de forma desigual e discriminatória quem deve ser o sujeito da docência. Assim como interfere na forma como cada sujeito se adapta às convenções do que é ser homem e mulher; bem como os espaços que estes devem ocupar na sociedade, influenciando diretamente na forma com esses atores sociais têm se afirmado dentro do espaço educacional. Sendo assim, segue minha questão norteadora: **Quais implicações decorrentes das diferenças de gênero são possíveis de se perceber na prática de professores do sexo masculino na educação infantil?**

O primeiro capítulo, denominado *Um debate histórico e conceitual de gênero* realizou um resgate das ideias que deram origem a categoria gênero, a luz de uma perspectiva feminista que visa superar o determinismo biológico usado como justificativa das diferenças entre homens e mulheres, nas quais contribuem para a desigualdade entre os gêneros. Sendo este, dividido em três temáticas, dentre as quais destacamos *A construção das masculinidades*, visando compreender os fatores que contribuíram para a idealização do masculino ao longo dos anos, da mesma forma que incidiu sob a perpetuação de práticas discriminatórias, que reproduzem e “naturalizam” na mentalidade dos indivíduos, inclusive do próprio homem, concepções estereotipadas de gênero.

Com base nisso, seguimos as análises falando sobre *A relação entre corpo e cultura na definição das concepções de gênero*, a partir do qual abordaremos como o corpo tanto do homem quanto da mulher são percebidos desde a infância até a vida adulta, influenciando deliberativamente aquilo que deverão ser no futuro, mediante a cultura de cada sociedade.

Em seguida, partimos para *Um repensar da identidade masculina: desconstruindo ideologias patriarcais e normativas em busca da equidade de gênero*, onde abordamos acerca do rompimento dos enfoques rígidos e polarizados que constituíam o masculino, com vista nos movimentos feministas e LGBT, que se propuseram fazer do homem, um objeto de estudo, a fim de ressignificar as concepções que se fundamentavam no poder e na heteronormatividade para designar como seria o “homem de verdade”, associando-o a aspectos que estruturam as relações sociais.

Enquanto que o segundo capítulo trata sobre *A influência da construção dos papéis de gênero na escolha profissional*, relatando como a família e a escola vêm condicionando mesmo que de maneira implícita, os papéis sociais, fazendo com que homens e mulheres assumam funções, posições e lugares conforme aquilo que socialmente foi construído ao seu gênero. Trazendo alguns exemplos básicos do cotidiano das crianças e jovens, nas quais orientam a existência de profissões femininas e masculinas que resultam no enquadramento de interesses e escolhas profissionais que contemplem o ideário sociocultural vigente.

Para respaldar a análise anterior, apresentamos algumas considerações sobre *O professor-homem no contexto da educação infantil*, a partir de algumas questões de ordem histórica e social, que motivaram o discurso preconceituoso em torno desse profissional, bem como os desafios que configuram seu cotidiano no exercício da docência, além das implicações advindas das diferenças de gênero na sua prática, destacando, deste modo a forma como estas afetam o encadeamento das decisões pessoais e de cunho profissional, uma vez que nossas

condutas/discursos/práticas implicam sob a educação que estamos conferindo aos nossos educandos.

Sendo assim, trago-lhes a penúltima vertente a ser discutida neste trabalho, intitulada *Coeducar: uma perspectiva possível na educação*, no qual buscamos conscientizar os profissionais da educação, a desenvolverem novas práticas na escola, conduzindo alunos(as) ao debate de gênero, com vista em uma perspectiva não sexista que “elimine progressivamente os estereótipos de gênero que predefinem e banalizam o que é suposto ser e fazer uma pessoa do sexo masculino ou do sexo feminino” (VIEIRA, 2013, p. 94).

Por último, no quarto capítulo, apresento-lhes a primeira etapa da pesquisa, que se deu por meio de duas articulações realizadas com professores/homens da Educação Infantil, acerca de sua prática pedagógica, orientadas através de uma entrevista semiestrutura que visou entender quem são esses professores; quais motivos fizeram com que eles optassem pela docência com crianças; como eles exercem essa profissão, ponderando questões referentes às discussões de gênero e suas possíveis implicações na prática docente; quais suas dificuldades e desafios, bem como suas perspectivas pessoais e profissionais.

Com relação a segunda etapa, foram realizadas duas entrevistas com gestores educacionais compreendendo seus posicionamentos sobre o homem na Educação Infantil, bem como a visão familiar e social que permeia o interior da escola, buscando deste modo, analisar as possíveis implicações das diferenças de gênero na prática docente, além de fortalecermos um debate pautado na desconstrução de práticas sexistas desde a infância, a fim de que a escola possa ser um ambiente que reflita uma sociedade que preze pelo respeito, pela tolerância e equidade de gênero.

## I UM DEBATE HISTÓRICO E CONCEITUAL DE GÊNERO

Para que haja a compreensão de como professores do gênero masculino se afirmam dentro do espaço das salas de aula, diante de uma conjuntura social marcada por representações e papéis histórico e socialmente produzidos em torno das diferenças de gênero, ressalta-se a importância de se conceituar a categoria *gênero*, a fim de superar o aspecto biológico usado para justificar as diferenças entre homens e mulheres, nas quais corroboram com a perpetuação das desigualdades de gênero.

Sentença que por séculos excluía as mulheres da possibilidade de fazer ciência e de contribuir para a produção do conhecimento científico e filosófico, em decorrência das origens ascético-religiosas da universidade. Como afirma Robin Schott (1996, p. 109): “[...] como as universidades surgiram literalmente da Igreja, as mulheres foram também excluídas dessas novas instituições, assim como haviam sido excluídas da pregação evangélica. O que nos leva a considerar que tanto a filosofia quanto a ciência moderna impediram sistematicamente as mulheres de estudar, assim como de receber instrução profissional (MATOS, 2008).

Circunstâncias que motivaram os movimentos organizados de mulheres, e depois os movimentos feministas, especialmente durante o século XX, na busca por espaços de discussão no âmbito das universidades, problematizando a produção do conhecimento com base em um viés crítico acerca das especulações androcêntricas que constituíam os mais diversos campos disciplinares (MATOS, 2008).

Assim sendo, as mulheres feministas norte-americanas, ampliaram o escopo de suas reflexões e passaram a adotar em meados dos anos 70, o conceito de gênero, a fim de romper com o “determinismo biológico implícito no uso de termos como sexo ou diferença sexual” (SCOTT, 1995, p. 72), bem como sua disseminação nas ciências humanas e sociais nos anos 80, como uma categoria política e socialmente construída para distinguir e separar o sexo, considerado como natureza biológica e essencializante, do gênero. (NICHOLSON, 2000; HARAWAY, 2004; MATOS, 2008), contribuindo assim, para um debate de cunho relacional acerca das questões históricas, sociais e políticas que “se constroem e reproduzem as relações (desiguais) entre os sujeitos (LOURO, 1997, p. 22).

As(os) pesquisadoras(es) que se preocupavam com a forma estreita e isolada com a qual os estudos femininos estavam centrados, começaram a utilizar o termo “gênero” para introduzir o caráter relacional das questões que envolviam homens e mulheres, no sentido de que estes deveriam ser definidos de forma recíproca, sem que a compreensão de um

independesse do outro (SCOTT, 1989 traduzido por ÁVILA; DABAT). Como dizia Nathalie Davis em 1975:

Eu acho que deveríamos nos interessar pela história tanto dos homens quanto das mulheres, e que não deveríamos trabalhar unicamente sobre o sexo oprimido, do mesmo jeito que um historiador das classes não pode fixar seu olhar unicamente sobre os camponeses. Nosso objetivo é entender a importância dos sexos dos grupos de gênero no passado histórico. Nosso objetivo é descobrir a amplitude dos papéis sexuais e do simbolismo sexual nas várias sociedades e épocas, achar qual o seu sentido e como funcionavam para manter a ordem social e para mudá-la (DAVIS, 1975, p. 90).

Cabe, então destacar que o pensamento feminista não se deu de forma unificada, antes foi apropriado às mais diversas áreas disciplinares e suas teorias, permitindo que fossem analisadas questões referentes ao homem/masculino, a mulher/feminino, ao mesmo tempo que explicitou a subordinação feminina, destacando a importância de questionar as desigualdades a partir de fundamentações políticas, econômicas, sociais, culturais, biológicas, históricas, demográficas, psicológicas, dentre outras, pelas quais fosse possível dialogar em busca de igualdade no exercício da cidadania (MATOS, 2008).

Considerando, portanto, que “as justificativas para as desigualdades precisariam ser buscadas não nas diferenças biológicas (se é que mesmo essas podem ser compreendidas fora de sua constituição social), mas sim nos arranjos sociais, na história, nas condições de acesso aos recursos da sociedade, nas formas de representação” (LOURO, 1997, p. 22), dentre as quais tem sustentado as relações de poder na família, na escola, no trabalho, etc.

Pressupostos que no início da década de 80, direcionaram as produções sobre as masculinidades, como objeto de estudo propriamente dito, a partir de discussões que não necessariamente haveriam de tratar de forma ampla e consistente às questões de cunho teórico, epistemológico, político e ético sobre o tema. No entanto, a partir da década de 90, começam a surgir obras como o *Handbook of Studies on Men and Masculinities*, no qual abordaram o que denominou-se “desenvolvimento do campo de pesquisa sobre masculinidades” (CONNELL; HEARN; KIMMEL, 2005, p. 07 *apud* MEDRADO & LYRA, 2008).

O que segundo Burin (2000), permitiu com que os homens tivessem a oportunidade de questionar sua própria identidade, dando início a uma série de estudos que marcaram a construção social da masculinidade. Interesse que promoveu diferentes modos de pensar e descrever as relações entre homens e mulheres, explorando aspectos da vida dos homens que são restringidos em função da pressão em exhibir comportamentos pertinentes à masculinidade (KIMMEL, MESSNER, 1995 *apud* GARCIA, 1998).

Os estudos de gênero, juntamente com as teorias feministas, buscaram a ruptura dos papéis atribuídos aos homens que “impossibilitava o entendimento das maneiras como esses papéis se modificam, assim como a construção e a negociação dos significados dependendo do contexto de atuação” (CECHETTO, 2004, p. 57). Fazendo-nos entender que as relações de gênero dependem de diversos fatores histórico-socioculturais, demandando assim, estudos com base em diferentes nuances.

Dentre os quais se propuseram a compreender a paternidade; aumentasse os estudos em torno da saúde do homem; passam a exigir-lhes formas expressivas de sensibilidade e escuta de suas emoções; assim como lhe são destinados espaços da esfera privada, moldando desta feita novas configurações nos lares e na esfera pública (NOLASCO 1997). Como frisou BARBIERI, 1991 *apud* LYRA & MEDRADO, 2000), os objetos de estudos de gênero passaram a ser percebidos de forma mais ampla, não aplicando-se apenas às mulheres.

### **1.1 A construção das masculinidades**

Ao falar de masculinidades, é interessante analisar do ponto de vista histórico-cultural, o que faz do homem ser um homem; quais traços o define e o que eles significam, a fim de se pensar as repercussões sociais que esses fatores implicam no ser humano. O corpo do homem desde a Grécia Antiga, foi instruído a ser um modelo de virilidade, força e bravura, seja como cidadão, no exercício da política, ou em combate. Marcas estas que de certa forma se naturalizaram na mentalidade dos indivíduos o perfil físico, psicológico, emocional e comportamental de um “macho”, expressos como “Corpo que não deve deixar escapar nenhum gesto, nenhuma atitude, nenhum traço que possa ser definidos como femininos” (MACHADO, 2010, p. 23)

Isto porque o corpo masculino foi orientado a viver em estado de tensão, em alerta, tê-lo sempre com músculos definidos, sem delicadeza, rude, viril, sem transparecer suas emoções – “não chora, não demonstra fraquezas, vacilações, incertezas [...] não adocece, não tem fragilidade nem físicas, nem emocionais, frescuras”. (MACHADO, 2010, p. 23).

Enquanto que a mulher seria o corpo sensível, afetuoso, maternal intrínseco à sua natureza, na qual foi dada a função de procriar, de parir, usando-se das mais diversas estratégias de sedução para atrair o homem as suas paixões, tirando-o das tarefas mais elevadas como o uso da razão, do cérebro, nas quais as mulheres não eram preparadas. Concepções que deram ao corpo feminino um sentido erótico, carnal, e até mesmo pecaminoso, uma vez que levava o homem a perdição. (DURANT, 19-- *apud* MACHADO, 2010, 26).

Ideologias que implicam seriamente sobre o lugar do corpo em nossa cultura, seja ele masculino ou feminino sempre há um conceito e/ou características que os identifica, define suas identidades e os enquadra em um determinado padrão sociocultural estabelecido. Por isso, a necessidade de refletir criticamente a respeito desse enquadramento ridículo, no qual os gênero são submetidos, superando desta forma a dicotomia existente entre o “masculino racional, espiritual, objetivo, centrado na cabeça, e um feminino desmiolado, só corpo, só seios, cinturas, quadris e vulvas, um corpo só sensibilidade, só paixões e afetos [...]” (MACHADO, 2010, p. 26).

Sendo assim, é interessante que se politize o corpo, em especial o masculino, tornando-o problema de discussão no âmbito da academia, no interior das escolas, nos movimentos feministas e socioculturais, para que se quebre tabus que inibem o homem de ocupar determinados espaços que lhe foram conferidos historicamente como “lugar de mulher”, “função de mulher”, como é o caso da profissão docente na educação infantil, a fim de que tanto os sujeitos que já atuam na área, como àqueles que estão se formando, possam ser tratados com equidade e respeito diante do mercado de trabalho.

Posto que, o feminismo surgiu para afirmar o caráter relacional das definições de gênero, desnaturalizando a ideia da distinção de sexo como quesito biológico que define homens e mulheres, e classifica-os de acordo com suas aptidões físicas e emocionais, como destaca Malvina Muszkat (2018, p. 28) trata-se de símbolos que se “reproduzem” na mentalidade dos indivíduos, nos quais molda-nos de acordo com as expectativas culturais de cada gênero, encaixando-nos papéis sociais que nos foram destinados. Entende-se nesse sentido, a importância de se analisar as relações de gênero como construto social de uma dada sociedade e uma dada cultura, pois é a partir dessas duas vertentes ideológicas que homens/mulheres são subordinados a assumir determinadas imposições, que os ameaçam de perder sua própria identidade.

A masculinidade, tal como é pensada e praticada em nossa cultura, por exemplo, só contribui ainda mais para a expressão da agressividade, da desigualdade frente ao feminino, visto que desde pequeno, a família já impõe na criança a necessidade de afirmação do que é ser homem, por meio de condutas sociais que demarcam o ser masculino, gerando na maioria dos homens um sentimento de autoafirmação constante, pelo qual são levados a assumir posturas, comportamentos e até mesmo espaços que os aproximem ao ideal da masculinidade que lhes foi conferida. “A competição entre os homens faz da masculinidade uma espécie de atributo

que para se ter deve-se retirar do outro. Para afirmar-se homem deve-se sempre desqualificar, rebaixar, vencer, derrotar, feminilizar um outro homem” (MACHADO, 2010, p. 29).

Sendo assim, é necessário reconhecer que essa realidade precisa ser modificada, que essas formas de pensar e agir em torno do gênero sejam desconstruídas, pois este é um problema grave que perpassa gerações e incide em condutas discriminatórias e preconceituosas dos indivíduos na sociedade.

Os homens precisam ser colocados como agentes desse processo, pois redefinir o masculino que se instaurou erroneamente na concepção das pessoas é uma urgência para os próprios homens, em virtude das consequências físicas, psicológicas, emocionais e afetivas que se obtém quando estes se privam da demonstração de afeto, sensibilidade, sentimentos e emoções, para satisfazerem os padrões sociais que definem o masculino, da mesma forma que discrimina àqueles que não se adequam e/ou permitem ser aquilo que desejam, contrariando qualquer construção sociocultural em torno do gênero.

## **1.2 A relação entre corpo e cultura na definição das concepções de gênero**

Em virtude do que foi posto anteriormente a respeito da necessidade de se repensar como nossa sociedade veem reproduzindo os padrões e lugares sociais atribuídos ao gênero, cabe discutirmos a forte influência das projeções e expectativas paternas e maternas, baseadas nas representações sociais, para as quais meninos e meninas são conduzidos desde o momento que os pais descobrem o sexo do bebê, adequando-os a um perfil típico da cultura em que este supostamente serão inseridos, o que mais tarde se converterá ou não em reconhecimento social.

Hoje, no século XXI, em sociedades como a em que vivemos, onde os pais podem conhecer o sexo do feto ainda em seu período de gestação, sonhos e idealizações relativos ao seu corpo começam a ser projetados mesmo antes do nascimento. Tais projeções são voltadas para ideias de sucesso social, baseando-se em atributos que permitem a superação de possíveis vulnerabilidades. Quando se trata de meninas, as pesquisas apontam como atributos mais desejados aqueles ligados à beleza e à inteligência, nessa ordem. Quando se trata de meninos, os pais almejam que eles sejam, fortes, vigorosos e inteligentes (MUSZKAT, 2018, p. 24).

Nota-se, tendo como ponto de partida a análise desenvolvida pela autora mencionada, que a nossa sociedade leva em consideração determinações biológicas para definir o comportamento, bem como as aptidões de seus cidadãos. Sendo assim, torna-se importante entender os motivos que intervêm na construção social introduzida pelos pais às suas crianças, sem que estes a questionem, estabelecendo assim, um certo grau de conformismo que tende a fazer com que estes sujeitos se esforcem ao máximo para corresponder ao ideário que os é imposto.

Dentre as justificativas para esse tipo de posicionamento frente ao discurso social, a autora destaca a necessidade permanente dos seres humanos em ter alguém que os proteja, garanta sua sobrevivência e lhes propicie afeto. Segundo ela, “nutri um bebê não significa apenas alimentá-lo, mas dar-lhe carinho, e transmitir-lhe significados, provendo padrões de conduta indispensáveis para seu futuro reconhecimento social” (MUSZKAT, 2018, p. 27). Assim sendo, meninos e meninas recebem orientações sobre quem são, como devem se comunicar e se portar mediante o meio em que estão inseridos.

É estabelecida, portanto, uma relação de proximidade entre a figura parental e a criança, por meio do qual cria-se uma infinidade de subjetividades, seja feminina ou masculina, nas quais irão instruí-la de acordo com que sua cultura espera de cada uma delas. A exemplo disso, algumas ordens como “menino não chora”, “seja homem!”, “não fica bem para a menina sentar de perna aberta”, “comporte-se como uma mocinha”, são imposições que evidenciam claramente como as pessoas têm se apropriado dos conceitos e concepções em volta do gênero, sem perceber as consequências de cunho emocional, psicossocial e comportamental provocadas àqueles que convivem constantemente com a necessidade de afirmação de sua identidade, mediante os padrões culturais.

Segundo Muszakat (2018, p. 32) esse processo de afirmação da masculinidade é um percurso psicologicamente muito doloroso para o menino, pois inicia-se de forma precoce, ou seja, com ele ainda muito pequeno, aproxima-se o menino do pai, interrompendo o vínculo materno, buscando deste modo inseri-lo no grupo hegemônico dos homens adultos, a fim de garantir a masculinização de seu caráter.

O que de acordo com esta autora, incidirá na ruptura de uma das maiores fontes de amor e afeto da criança, do mesmo modo que estimula o afastamento a tudo que diga respeito ao mundo feminino. O que significa dizer que mesmo sem perceber, as mães exprimem atitudes que fazem com que meninos e meninas compreendam a dinâmica social estabelecida.

Entende-se, neste sentido, que “devido à forte associação entre feminilidade e afeto, os meninos devem abster-se de expressar seus sentimentos e, muitas vezes, de senti-los, obrigando-se a abandonar toda uma dimensão humana” (MUSZKAT, 2018, p. 34). Uma cultura patriarcal e homofóbica que regulamenta as práticas sociais à luz daquilo que se espera para cada corpo, imprimindo-o expectativas e regras que engessam seus comportamentos e desejos, sem atenta-se para os danos emocionais causados pela necessidade de assumir sua identidade masculina.

Em decorrência não só das cobranças advindas da sociedade, mas do seu próprio eu, forçando-o a manter um certo controle de suas manifestações afetivas e emocionais, uma vez que os estereótipos criados em torno do gênero tendem a ser interiorizados pelos sujeitos sociais, reprimindo-os de qualquer desvio de conduta que possa pôr em risco sua identidade, subordinando-os à uma condição de renúncia a qualquer sentimento e/ou expressão corporal, assim como papéis que os aproxime do mundo da mulher. “E é assim, que nossos meninos, para escapar da castração física, submetem-se à castração dos afetos (para virar macho)” (MUSZKAT, 2018, p. 34).

Considera-se desta forma que a sociedade determina um conjunto de condições, pelos quais os corpos serão educados, a fim de melhor adequar-se ao padrão cultural que “informa como os homens devem ser, como se comportar, do que devem gostar, do que se aproximar ou se afastar, tendo como referência as mulheres”. (KIMMEL, 1998; CONNELL, 1995, *apud* RIBEIRO, 2014). Sendo assim, ser homem consiste em proceder a partir de “um conjunto de atributos morais de comportamento, socialmente sancionados e constantemente reavaliados, negociados, lembrados. Em suma, em constante processo de construção” (ALMEIDA, 2000, p. 128 *apud* RIBEIRO, 2014).

O que significa dizer que em uma mesma sociedade, dependendo do momento histórico e cultural, constrói um modelo hegemônico de masculinidade, a partir do qual os homens se baseiam e afirmam-se como tal. (KIMMEL 1998; CONNELL, 1995 *apud* RIBEIRO, 2014). Sobre isto, o psicanalista Paulo Roberto Ceccarelli (1998 *apud* KOHN, 2014) ressalta que em diversas culturas o caminho para ser homem precisa ser conquistado, um processo que implica na aquisição da virilidade, bem como na sua validação por outros homens. Enquanto que a feminilidade é demarcada pela menarca – a primeira menstruação, ligando a mulher a noção de fertilidade e procriação, segundo este autor, a mulher é lembrada todos os meses sobre o que ela em sua natureza, já o homem precisa restringir-se de determinados comportamentos para mostrar que ele é “homem de verdade”.

E é ainda na infância que esses discursos patriarcais são disseminados por meio da família, nos ambientes escolares e com os amigos, orientando, conforme Pinto, Meneghel e Marques (2007 *apud* KOHN, 2014) a demonstração de sentimentos por parte dos homens, quando afirma que homem não chora, não pode ser fraco e muito menos perdedor. O modelo do “macho” é definida por regras externas da sociedade, mediante as quais os homens são levados a ocultar sentimentos, emoções e necessidades (CORSI et al., NOLASCO, 1995 *apud*

KOHN, 2014), em prol do reconhecimento de sua honra no âmbito das relações sociais e de gênero.

Pressupostos que devem ser ressignificados, uma vez que interfere na forma como cada sujeito se adapta às convenções sociais instituídas em torno do homem e da mulher, induzindo-os a ocupar espaços, assim como assumir lugares que são culturalmente associados ao seu gênero. Implicando, desse modo no fortalecimento de uma lógica sexista e discriminatória que sinaliza aos sujeitos o modelo de masculinidade e feminilidade ideal, sobrepondo um gênero em detrimento do outro, a chamada hierarquização de gênero, na qual se mantém uma relação de poder do homem sobre a mulher, a partir de uma perspectiva biológica que compreende o corpo por um viés de superioridade e inferioridade (BADINTER, 1993, p. 6).

### **1.3 Um repensar da identidade masculina: desconstruindo ideologias patriarcais e normativas em busca da equidade de gênero**

A partir deste enfoque pretende-se discorrer a respeito das formas diferenciadas de ser homem, a partir de fundamentações teóricas oriundas do movimento feminista e LGBT, nos quais questionam os tradicionais padrões de comportamento feminino e masculino, legitimados na história por meio da cultura de cada sociedade (CECCHETTO, 2004).

Contribuições que segundo Fernando Seffner e Oscar Guerra (2014) trazem discussões relevantes em torno do masculino, baseando-se em concepções de cunho emancipatório que abordam o repensar dos diferentes discursos que envolvem os modos de ser homem frente aos padrões socioculturais, questionando os argumentos construídos sobre o poder masculino e a heteronormatividade, que por ora sustentou diversas formas de atrocidades contra a mulher, por meio do qual foram “maltratadas, roubadas, encerradas, agredidas, assassinadas, queimadas, estupradas, discriminadas, castigadas, subjugadas”

Explicitando a importância da luta por maior equidade de gênero entre homens e mulheres, uma vez que esta análise segundo Cecchetto (2004), subsidiou o rompimento do enfoque rígido e polarizado dos papéis sexuais, ampliando o conceito de gênero para além da dicotomia entre o masculino e o feminino, associando-o a aspectos que estruturam as relações sociais.

Assinala-se, portanto, a produção de “novas masculinidades”, capazes de acompanhar esse novo cenário imbuído de homens que rompem com os padrões culturalmente fixados, dispondo-se de novas posições e papéis que os distanciam de representações que dão ênfase no

“homem violento, autoritário, viril, necessariamente heterossexual, temerário – e temido, autossuficiente [...]”(SEFFNER; GUERRA, 2014), no sentido de colocar em questão que as masculinidades são ensinadas e construídas, considerando-se, portanto, que estas podem ser modificadas (BARINTER, 1993; BURIN 2000).

A masculinidade passou a ser representada por “um conjunto de atributos, valores, funções e condutas que se espera que um homem tenha em cada cultura” (GOMES, NASCIMENTO & REBELLO, 2008, p. 01), o que significa dizer que com os estudos de gênero, tornou-se possível estabelecer significativos debates que questionaram a existência de um padrão único de masculinidade, destacando desta feita sua multiplicidade, na qual só pode ser entendida a partir de sua inter-relação com os fatores culturais, históricos, sociais e estruturais da sociedade que estas estão inseridas.

Surge nesse momento uma abordagem crítica-reflexiva das relações de gênero, na qual buscou romper com os diversos fatores que contribuem para a dominação masculina, legitimada pelo poder de controle em relação ao outro – “o outro é o outro gênero, o outro é a cor diferente, o outro é a outra sexualidade, o outro é a outra nacionalidade, o outro é o corpo diferente” (SILVA, 2006, p. 97), uma ideologia que enquadra o homem em um status social demandado por uma lógica andro-heterocentrada e homofóbica, por meio do qual impõe-se o que vem a ser o “homem de verdade”, dotando-o de privilégios como viril, ativo e dominante. (CARRIERI, 2008), desqualificando todos os “outros” que diferenciam-se desse posicionamento normativo.

Assim sendo, tratar de masculinidade no plural permite a análise de aspectos que suscitam diferenciadas formas de ser homem, “não de acordo com os tipos de corpos (homem negro, homem latino, homem gay, etc.), mas como diferenças nas atitudes de ser homem” (KOHN, 2014), visto que estas não se configuram em categorias abstratas, mas sim naquilo que é posto no cotidiano das relações sociais, mediante o contexto histórico e cultural das sociedades. (CONNELL, 1995; ECCEL; GRISCI, 2011).

Aspectos que começaram a ser adotados em virtude das transformações mundiais de cunho econômico e geográfico ocorridas nos Estados Unidos no início do século XX, nas quais deram origem a crise da masculinidade expressas por Kimmell e Kaufman (citados Cecchetto 2004), explicitando por meio desta, a redefinição do padrão hegemônico de masculinidade – (branco, heterossexual, cristão, sem deficiências), que segundo Medrado (1998), exerce poder e controle das práticas cotidianas, alienando o homem de seus sentimentos e afetos. Ou seja, os homens foram incitados a apropriar-se de condutas que colocassem à prova o modelo de macho

viril, já instituído pela lógica patriarcal, em função de homens mais sensíveis, que expressassem suas emoções, possibilitando assim, um repensar da própria identidade do homem.

Estes por sua vez, foram solicitados a contestar e a diferenciar-se dos rígidos papéis da sociedade (NOLASCO, 1997; CECCHETTO, 2004), assumindo posições diferenciadas na esfera do público, bem como sua inserção na esfera do privado – o lar, que antes era espaço das mulheres, e tido como lugar de desprestígio ao sexo masculino, em virtude de uma maior participação das mulheres na vida pública (MEDRADO, 1998).

Processo que vem reconfigurando algumas posições masculinas no mundo do trabalho, na família e na sociedade, uma vez que os meios de comunicação têm sido um importante recurso de difusão dessas novas vertentes ideológicas, nas quais chamam a atenção para um perfil de homem que demonstra suas emoções e sentimentos, assumindo um papel de pai afetivo, esposo romântico, delicado, e que colabora com as tarefas do lar, além de se identificar com a causa das mulheres, defendendo sua inserção no mercado de trabalho e na política; destaca-se um homem que reconhece sua atração por áreas que anteriormente eram femininas como o teatro, a dança, bem como à docência na primeira etapa da educação básica – a educação infantil (SEFFNER; GUERRA, 2014), tema que irei problematizar nos capítulos seguintes, visando desta forma repensar as representações do feminino e masculino no processo de ensino-aprendizagem das crianças pequenas.

## **II A INFLUÊNCIA DA CONSTRUÇÃO DOS PAPÉIS DE GÊNERO NA ESCOLHA PROFISSIONAL**

Tendo por base todo um construto sociocultural em torno das relações de gênero, busca-se por meio deste, realizar uma breve discussão sobre os fatores que vem implicando na escolha profissional dos sujeitos desde a infância, da mesma forma que visa desvelar as possíveis consequências que uma educação sexista pode trazer para seus educandos no decorrer de seu desenvolvimento, visto que por meio dela as relações sociais entre os indivíduos tendem a ser pautadas por um viés antrocêntrico, no qual coloca o homem no centro das discussões, em detrimento da mulher, moldando seus corpos, pensamentos e comportamentos (MORENO, 1999).

Partindo desse pressuposto, vale ressaltar também que a educação sexista não encontra-se presente somente no universo da escola, mas permeia toda uma conjuntura social dos sujeitos (FEIJÓ; MACEDO, 2012), implicando desta feita no processo de construção de papéis, com vista nas expectativas atribuídas aos gêneros, nas quais orientam a existência de profissões femininas e masculinas que resultam no enquadramento de interesses e escolhas profissionais que contemplem o ideário sociocultural vigente.

Concepções que inicialmente são instituídas na criança por meio da família, uma vez que esta constitui-se sua primeira instância de socialização, imprimindo sobre os sexos um grau repressão e subordinação sobre a conduta de meninas e meninos (WHITAKER, 1995, p. 36), passando mais adiante a serem orientados pela instituição escolar, por meio do qual é apontada como (re)produtora do sexismo presente na sociedade, demandando modos cabíveis de ser homem e mulher, uma vez que, “a escola é uma caricatura da sociedade. Por ela passam, como não passam por nenhum outro lugar, limitadas por diminutivos, todas as ideias que uma sociedade quer transmitir para conservar, tudo aquilo que se acredita ou quer que se acredite” (MORENO, 1999, p. 80).

Em suma, segundo Louro (2012, p. 43-44), apesar das novas perspectivas curriculares em favor de uma abordagem de gênero e sexualidade na escola, ainda é unânime a existência de ações que orientem um padrão de masculinidade e feminilidade adequado, legítimo e normal, bem como uma forma válida de sexualidade, a heterossexualidade. Mediante os quais tornam-se excêntricos todos aqueles que ousarem desviar-se desse padrão. Como destaca Moreno (1999):

Ao ingressar na escola, meninos e meninas já sabem muito bem qual é a sua identidade sexual e qual é o seu papel que, como tais, lhes corresponde, ainda que não tenham

muito claro o alcance e o significado deste conceito, assim, como o de tantos outros. A escola colaborará eficazmente no esclarecimento conceitual do significado de ser menina e fará o mesmo com o menino (MORENO, 1999, p. 16).

Significados que não se constituem de forma espontânea na mentalidade dos sujeitos, uma vez que por detrás de um modelo de conduta destinado ao feminino e ao masculino, existem mecanismos inconscientes de transmissão que demonstram claramente o tipo de sociedade que vem sendo demandada de geração a geração, sem que estes sejam explicados verbalmente ou por escrito, mas que são normalmente partilhados à criança pela família, e conseqüentemente pela escola. (MORENO, 1999, p. 30).

Sobre isso, é notório a forma como os padrões de conduta discriminatória interiorizadas nas crianças desde muito antes de seu nascimento, se fazem presente durante seu processo de socialização com outras crianças, especialmente no recreio escolar, por meio das brincadeiras livres. Momento em que apesar de se ter escolas mistas, onde meninos e meninas sentam-se nas mesmas mesas para a realização das atividades, na hora do recreio “meninos jogam com os meninos e as meninas com as meninas” (MORENO, 1999, p. 30).

Cabe frisar, que nesse momento de descontração, as crianças tendem a fantasiar as normas que lhes foram estabelecidas, identificando-se com os arquétipos que inconscientemente foram destinados a ele(a) em função de seu sexo, seja por meio das práticas sociais, seja pela linguagem e conteúdo dos livros didáticos, do discurso expresso pelo senso comum, mas que acabam demarcando as brincadeiras infantis. Como mostra Moreno (1999):

As meninas têm liberdade para ser cozinheiras, cabelereiras, fadas madrinhas, mães que limpam seus filhos, enfermeiras, etc., e os meninos são livres para ser índios, ladrões de gado, bandidos, policiais, “super-homens”, tigres ferozes ou qualquer outro elemento da fauna agressiva” (MORENO, 1999, p. 32).

Outro fator que vem implicando na transmissão de modelos segregacionistas na escola é a intrínseca relação da ideologia dominante com a formação intelectual do sujeito, da mesma forma que tem orientado a transmissão de conteúdos que refletem o androcentrismo cultural a qual estamos submetidos.

Um exemplo disso, são os livros de linguagem das primeiras séries do Ensino Fundamental, no qual segundo Moreno (1999), é quase que raro encontrar o feminino escrito em primeiro lugar nas frases destinadas à aprendizagem da leitura, adotando uma ordem sistemática explícita em frases como “Luís e Josefa comem pão”, “Carlos e Maria irão passear”, da mesma forma que suscita lugares específicos ao homem/mulher, em frases como “Minha

mãe faz a comida”, “Minha irmã põe todos os dias as toalhas na mesa”, “O urso lê e a urso limpa”, refletindo assim, todo um código de símbolos sociais que comportam uma ideologia sexista não explícita, mas que instrui meninos e meninas sobre os modelos de conduta propostos.

As imagens são outras formas de disseminação dessa ideologia, visto que os personagens homens na maioria das vezes são representados realizando diversas ações frequentemente consideradas masculinas, como jogar, correr, estudar; bem como exercendo profissões como médico, arquitetos, astronautas e etc., enquanto que as mulheres são retratadas costurando, lavando, cozinhando, ou realizando “atividades próprias ao seu sexo”, mantendo assim, uma ordem hierarquizada das relações de gênero. Sobre este aspecto, o autor segue esclarecendo:

A linguagem e a forma como se ensina não são, pois, imparciais, mas estão impregnadas de ideologia androcêntrica e contribuem ativamente para a formação dos padrões inconsistentes de conduta nas meninas e nos meninos, padrões que vão continuar atuando ao longo de toda a vida e vão nos aparecer como imodificáveis, graças, precisamente, à sua aquisição precoce (MORENO, 1999, p. 43).

Considerando neste sentido, a influência da sociedade sobre a instituição escolar, em virtude da capacidade de fornecer aos indivíduos, modelos que vão se formando e constituindo-se como normas de conduta que conduzem por meio da educação, homens e mulheres a uma conformidade com relação aos papéis e/ou funções que eles devem ou não exercerem diante do mercado de trabalho.

O que nos leva a refletir sobre a importância dos indivíduos serem esclarecidos a respeito de toda essa construção em torno dos papéis de gênero que ora foi internalizada e naturalizada pela sociedade (MARTINS, 2011), visto que é ela quem hierarquiza o masculino e o feminino e lhes atribui destinos sociais diferentes e perspectivas de vida desiguais. (LOURO; FELIPE; GOELLNER, 2010). A partir do qual, os indivíduos não conseguem perceber as influências que deram forma ao que hoje se identifica como homens e mulheres, masculinos e femininos. (MADUREIRA; BRANCO, 2007), demandando relações de poder provenientes da diferenciação entre os sexos (BUTLER, 1987; PAIM, & STREY, 2004).

Como característica dessa diferenciação, pode-se destacar o discurso em torno das profissões que envolvem o cuidado, como o magistério, secretariado, a enfermagem, dentre outras, no qual sustenta-se pela ideia de que a mulher possui os atributos essenciais ao exercício pleno dessas funções, em razão de que seu corpo é biologicamente propício à delicadeza, sensibilidade, ao lado maternal, bem como o carinho com as crianças. Em contraposição a

figura do homem, do qual espera-se atitudes como autoridade, disciplina e rigidez (PEREIRA, 2016). Como afirma Whitaker (1995):

[...] a expectativa de que mulheres sejam passivas por natureza e que homens sejam naturalmente agressivos é tão fortemente arraigada no imaginário do ocidente, que nem a ciência escapou a ela. Freud caracterizava a mulher como passiva, narcisista e masoquista. (WHITAKER, 1995, p. 37).

Logo, pode-se compreender que um os fatores que mais contribuem para que homens e mulheres não explorem suas potencialidades, são os significados criados em torno do masculino e feminino, dentre os quais delimitam o perfil identitário, as perspectivas e concepções de cada sujeito. Como afirma Pereira (2016):

O modo como é percebido cada um dos gêneros pressupõe oposição e polaridade, isto é, a maioria dos atributos presentes em um gênero (feminino: reprodução, amor às crianças, delicadeza, abnegação etc. e no masculino: raciocínio lógico, razão, força) está excluída automaticamente do outro, o chamado sexo “oposto” (PEREIRA, 2016).

Enquadramentos que apesar dos avanços em favor da equidade de gênero, vão se cristalizando no ideário das gerações, tornando-se verdades absolutas, das quais naturalizam a aceitação cultural do lugar do homem e da mulher em sociedade, implicado de certa forma sobre a prevalência de mulheres nos cursos relativos as áreas humanas e biológicas, enquanto que o número maior de homens encontra-se nas áreas de exatas (BRAGA; PEIXOTO; BOGUTCHI, 2001; BARDAGI; HUTZ, 2012; MELO, 2013).

Dados que presumem a existência de concepções estereotipadas no tocante as escolhas de cunho profissional, fazendo com que homens e mulheres adentre ao mundo do trabalho com base em uma lógica social imposta por um sistema binário de gênero, que precisa ser revisto, a fim de não contribuir para a perpetuação histórica de discriminações e diferenciações entre homens e mulheres no âmbito social contemporâneo (FEIJÓ; MACEDO, 2012).

Demandando, deste modo um novo direcionamento dos estudos feministas, trazendo como enfoque questões relativas a categoria gênero, para além das análises realizadas em virtude dos direitos da mulher, incluindo-se neste momento sujeitos como homens, gays, lésbicas, transexuais, dentre outras denominações, visando compreender todas as dimensões e contextos que sustentam a atribuição de papéis sócias com base nas diferenças sexuais dos sujeitos envolvidos. Como ressalta Colling (2004), o gênero:

[...] tem sido utilizado para teorizar a questão da diferença sexual, questionando os papéis sociais destinados às mulheres e aos homens. A categoria de gênero não se constitui numa diferença universal, mas permite entender a construção e a organização

social da diferença sexual. A história das mulheres e a história de gênero estão interligadas, este se situa no campo relacional (COLLING, 2004, p. 28).

Dessa maneira, entender as relações de gênero, implica na compreensão das construções sociais instituídas a partir da diferenciação biológica entre os sexos, traduzidas por um viés de poder e subordinação, em que homens e mulheres têm sido levados a assumir funções, atividades, normas e condutas circunscritas a seus corpos por cada sociedade, em especial pelas instituições que legitimam esse “poder”, como enfatiza Saffioti (1992, p. 188): “o papel das doutrinas religiosas, educativas, e jurídicas, sempre foi o de afirmar o sentido do masculino e do feminino, construído no interior das relações de poder”.

Conjuntura que segundo Pereira (2016, p. 185), “tem mostrado que cada grupo humano elabora estruturas sistêmicas e que as relações de gênero, em seus papéis, são determinadas por convenções sociais”, sendo portanto, passíveis de mudanças, uma vez que homens e mulheres constituem-se dependendo do lugar, dos costumes de cada sociedade, das experiências de vida; podendo também variar de acordo com as leis, a religião, a família, bem como a classe social, etnia, raça e idade.

Tornando-se imprescindível que se desmitifique essa relação dicotômica entre os sexos, marcada pela dominação de um em relação ao outro, no sentido de modificar a forma com que homens e mulheres se veem e se afirmam no âmbito das relações sociais, em especial no que se refere as posições/papéis/funções culturalmente inscritas ao gênero, orientando discursos que valorizem as diferenciadas formas de ser e viver no mundo contemporâneo.

Buscando desse modo, repensar as verdades construídas sobre os papéis sexuais, onde o homem é dotado de qualidades viris, enquanto que a mulher é vinculada a fatores ligados a reprodução e a sentimentos afetivos e maternos, evidenciando a importância de um discurso de igualdade entre os seres humanos, no qual todos possam ser tratados por características mútuas, sem qualquer discriminação que possa vir a definir espaços públicos e privados com base em concepções pré-estabelecidas ao homem e a mulher.

## **2.2 O professor-homem no contexto da educação infantil**

Tratar a respeito do homem em um espaço predominantemente feminino, tal como foi sendo constituída a educação infantil, requer uma análise crítico-reflexiva sobre algumas questões de ordem histórica e social, que motivaram o discurso preconceituoso em torno do professor que trabalha em atividades que envolvem cuidados com crianças pequenas, uma vez

que a mulher por seu caráter maternal, foi definida como a mais hábil para esta função. Como afirma Sayão (2005):

São evidentes os preconceitos e estigmas originários de ideias que veem a profissão como eminentemente feminina porque lida diretamente com os cuidados corporais de meninos e meninas. (...) os cuidados com o corpo foram atributos das mulheres, a proximidade entre um homem lidando com o corpo de meninos e/ou meninas de pouca idade provoca conflitos, dúvidas e questionamentos, estigmas e preconceitos (SAYÃO, 2005, p. 16).

Sendo assim, torna-se indispensável incluir nesta análise um debate pautado na instituição escola, identificando como esse espaço foi sendo demandado ao longo dos anos, em decorrência das construções sociais e culturais em torno do masculino e feminino, demarcando deste modo, como e por quem deveria se constituir o campo da docência.

Silva (2002) ressalta que durante os primeiros séculos da colonização brasileira, o ensino era realizado por homens (padres jesuítas) e para os homens (meninos da elite e meninos indígenas), com o intuito de internalizar valores morais e religiosos da tradição cultural portuguesa. No entanto, na segunda metade do século XIX, em decorrência do processo de urbanização e industrialização, aconteceram no Brasil algumas transformações sociais que permitiram a presença das mulheres nas salas de aula, assim como seu predomínio na docência.

Dentre as quais pode-se destacar a expansão do ensino público, com ênfase na escolaridade média e superior, como condição para ascensão social, bem como o aumento de ofertas de vagas no mercado de trabalho, fatores que influenciaram a saída dos homens nos cursos primários e normais, formando assim mais mulheres, uma vez que ensino superior era restrito à elas durante o Império (VIANNA, 2002 *apud* PEREIRA, 2016).

Sobre essa formação, Campos (2002, p. 18) citado por Pereira (2016), relata que as aulas ministradas se davam de forma muito difusa e superficial, não havia qualquer preocupação com os conhecimentos especializados, como, por exemplo, “metodologia de ensino”, devido uma tendência da época, de que o *magistério* não era uma profissão, e sim uma *vocação*, que segundo a tradição cristã, exigia abnegação, dedicação, qualidades morais e aptidões, portanto, um “sacerdócio”. (Grifos do autor)

Considerava-se também o discurso de que este era um trabalho visto como extensão do lar, passando neste momento a adquirir características socialmente marcadas como femininas, tais como fragilidade, afetividade, paciência, doação, etc. (ALMEIDA, 1998). O

magistério passa a ser “uma atividade *permitida* e, após muitas polêmicas, *indicada* para mulheres” (LOURO, 2008, p. 95) grifos da atora.

Características que implicaram na forma com que a sociedade começa perceber a atividade docente, tendo-a como “[...] uma “profissão de segundo nível ou complementar, isto é, uma semiprofissão”: profissão feminina, mal remunerada, desprestigiada, com baixo nível de qualificação, desempenhada por pessoas das camadas populares e com aspirações de ascensão social” (VIANNA, 2002 *apud* PEREIRA, 2016). Estereótipos que acabaram demandando determinadas expectativas e funções “coerentes” ao gênero feminino.

O que ao longo do século XX, com a ampliação do mercado de trabalho para as mulheres, começa a ser mais latente, principalmente em ocupações que requerem em seu “ser” e “fazer”, aspectos ligados ao cuidar e educar, tais como o magistério, a enfermagem, o secretariado, dentre outras funções. (PEREIRA, 2016)

Fato que infere sobretudo na resistência das instituições escolares, quanto à figura do homem neste campo de atuação, principalmente no que diz respeito ao trabalho na educação infantil, no qual expressa-se claramente a intrínseca relação entre o educar e cuidar, tarefas historicamente dadas como femininas. Como afirma Ferreira (2008, p. 64) “[...] o magistério infantil, geralmente é associado às mulheres e ao gênero feminino e de certa forma oculta a participação dos homens”.

“[...] (senhoras “honestas” e “prudentes” ensinam meninas, homens ensinam meninos), tratam de saberes diferentes (os currículos e programas distinguem conhecimentos e habilidades adequados a eles ou a elas), recebem salários diferentes, disciplinam de modo diverso seus estudantes, têm objetivos de formação diferentes e avaliam de formas distintas” (LOURO, 2008, p. 95-96).

Diferenciações que revelam uma organização social, que se assenta em uma “ordem de gênero” (VIEIRA, 2013), na qual tem orientado de forma estereotipada como os indivíduos devem se apropriar das diferenças de gênero dentro dos espaços da escola, gerando desigualdades que até então vem definindo o que é ser homem/mulher, professor/professora na sociedade.

Apontando, sobretudo para a importância da desconstrução de paradigmas e estereótipos relacionados ao professor-homem que escolhe trabalhar com crianças pequenas, uma vez que as diferenças socialmente determinadas aos gêneros, implicam na aceitação e/ou negação desses sujeitos no contexto da docência infantil, delimitando assim, seu espaço de atuação.

Um dos impasses sobre esta questão paira sobre a insegurança tanto das instituições escolares quanto da própria família no que diz respeito a inserção desses profissionais no cuidado com crianças, principalmente com relação ao medo da pedofilia e a ocorrência de abusos sexuais, aspectos que levam pais a questionarem muitas das vezes a identidade deste profissional, bem como sua conduta e intencionalidade frente ao ensino primário. Como afirma Pereira (2016):

Ser homem e professor de crianças pequenas é assumir uma identidade que ainda hoje cria um desconforto nas pessoas à sua volta, *carrega uma diferença*, pois é incompatível com as expectativas da sociedade, mesmo com a ampliação de suas funções e vivências na atualidade (PEREIRA, 2016). Grifos da autora

Subestimando-se, deste modo, aspectos fundamentais ao ato de educar na educação infantil, como a afetividade e a interação entre o professor-aluno, baseando-se na concepção de que o homem por si só, oferece riscos no cuidado com crianças, como expressa Ferreira (2008):

“Aos homens estão associados valores e atributos que os fazem diferentes e muito mais do que isso, diferentes na dimensão de atributos considerados impróprios para a maioria das situações que enfrenta no trabalho escolar. Se as mulheres são meigas, carinhosas, os homens parecem ser identificados por características que vão de encontro a estas, ou seja, são duros, impacientes, não apresentam jeito para cuidar de crianças” (FERREIRA, 2008).

Como assevera Louro (2003) citado por Pereira (2016), professores e professoras, foram e são objetos de representações, e estas não são simples descrições que “refletem” as práticas desses sujeitos; são sim descrições que os “constituem” e os “produzem”, cujos efeitos estabelecem sobre estes/as, “verdades” que ao serem praticadas geram desconfortos como o fato de homens terem paciência com os pequenos(as); levarem as meninas no banheiro; brincarem com as crianças, sorrirem e serem engraçados; bem como o homem na Educação infantil, principalmente na creche (PEREIRA, 2016).

Assim, é pertinente salientar a relevância do papel da escola, no sentido de desconstruir essa relação desigual, a partir de debates que promovam a ressignificação da prática docente, no intuito de desnaturalizar posturas sexistas que implicam diretamente na propagação de estereótipos de gênero, que orientam os preconceitos, estigmas e desigualdades sobre o papel do homem e da mulher na sociedade, inclusive na educação.

Mantendo, desse modo, uma formação inicial e permanente de professores/as, a fim de que estes possam apropriar-se dos estudos de estudos de gênero e incorporá-los às suas

práticas pedagógicas, refletindo e problematizando as naturalizações presentes no cotidiano escolar, com vista na transformação das relações humanas neste *locus* (PEREIRA, 2016) grifos da autora.

Tendo como eixo norteador a legislação à infância, dada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9.394/96), no qual tem por finalidade o desenvolvimento integral da criança, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, completando desta feita a ação da família e da comunidade.

Seguida de uma orientação expressa em seu Art. 62, sobre a formação docente para atuar na Educação básica, no qual orienta que o exercício do magistério na Educação Infantil e nas séries iniciais do Ensino Fundamental devem se dar por sujeitos licenciados. O que infere na ampliação das oportunidades de trabalho com vista na qualificação dos profissionais, sem que haja qualquer distinção de gênero, independente do contexto em que estes irão trabalhar, legitimando assim, a presença do professor do sexo masculino na educação infantil. Campos (2006, p. 81), ratifica essas afirmações, ao enfatizar que:

O cenário esboçado supõe o desenvolvimento de novas competências na formação prévia e continuada dos professores e professoras. Essa formação necessita contemplar não só a atenção ao desenvolvimento infantil, mas também o papel desse profissional no trabalho de equipe na instituição, em momentos de estudo e discussão, na relação com os pais e com a comunidade do entorno e no exercício da cidadania, principalmente agente de transformação em seu campo de atuação (CAMPOS, 2006, p. 81).

Partindo desse pressuposto, qualquer intervenção educativa que vise o combate às estereotípias de gênero, ou outras, deve promover junto das pessoas envolvidas sobretudo o desenvolvimento de uma consciência crítica sobre a realidade, acentuando que os modos de ser, de pensar e de agir femininos e masculinos não são “de modo nenhum hierarquizáveis de um ponto de vista valorativo” (NOGUEIRA, 2011, p. 24 *apud* VEIRA, 2013).

Deve-se ainda, ensinar às crianças e jovens estratégias de tomada de decisão, promovendo neles e nelas, a capacidade de avaliação crítica da informação sobre si próprios/as (p. ex., interesses, capacidades e valores) e sobre o mundo do trabalho (p. ex., rotinas, requisitos e recompensas) de modo que possam ser coadjuvados/as a traçar uma rota vocacional consentânea com as suas metas pessoais, independentemente de serem de um sexo ou de outro. (MAU, HITCHCOCK & CALVERT, 1998 *apud* VIEIRA, 2013).

Outro ponto crucial para mudança de paradigma, é repensar acerca das teorias que orientam o trabalho pedagógico do professor/a, atentando-se para a proporção dos discursos

externados durante o ato de ensinar, visto que os alunos atribuem sentidos ao que aprendem, produzem e reproduzem opiniões, podendo contribuir ou não para a formação de condutas cada vez menos sexistas, racistas e etnocêntricas. Sobre o exposto, Louro afirma que:

“Dentre os múltiplos espaços e as muitas instâncias onde se pode observar a instituição das distinções e das desigualdades, a linguagem é, seguramente, o campo mais eficaz e persistente — tanto porque ela atravessa e constitui a maioria de nossas práticas, como porque ela nos parece, quase sempre, muito "natural". Seguindo regras definidas por gramáticas e dicionários, sem questionar o uso que fazemos de expressões consagradas, supomos que ela é, apenas, um eficiente veículo de comunicação. No entanto, a linguagem não apenas expressa relações, poderes, lugares, ela os *institui*; ela não apenas veicula, mas produz e pretende *fixar* diferenças” (LOURO, 1997, p. 64).

Suscita-se neste sentido, a necessidade de policiar-se sobre o que é tido como “normal”, mas que em suma, está reforçando ainda mais a discriminação entre os gêneros. Na Educação infantil principalmente, é importante atentar-se para discursos que generalizam o comportamento das crianças a partir das diferenças de gênero, como “você está agindo igual um menino levado”, “as meninas são mais tranquilas”, “homem não chora”, pois é nesta fase que a criança está vislumbrando o mundo ao seu redor, bem como aprendendo as noções de respeito por seus semelhantes.

Vale inferir também que esta transmissão de estereótipos poderá ser feita não só por mensagens explícitas, como é o caso do discurso, e dos materiais pedagógicos, mas também por via de diferentes aspectos da rotina escolar, como a forma com que o corpo docente e não docente são representados; os fatores extraescolares; bem como as dinâmicas organizacionais da própria instituição (VIEIRA, 2013). E não intervir sobre elas equivale a apoiar o modelo vigente (MORENO, 1999, p. 74).

Destacando-se assim, a necessidade de pôr em evidência uma prática desvincula de ideias preconceituosas e sexistas, em que meninos e meninas sejam educados a assumir o papel que desejarem na sociedade, independente do que foi instituído como sendo atividade do homem e da mulher, objetivando assim, a desconstrução da cultura do patriarcado e das disparidades entre os gêneros.

## **2.1 Coeducar: uma perspectiva possível na educação**

Apesar dos avanços no que diz respeito às questões de gênero e sexualidade nas escolas, a maior parte dos sistemas públicos de educação tendem a reproduzir “um tipo de

relações sociais no qual predominam os valores masculinos, transmitindo-se de modo implícito estereótipos sexuais convencionais e assimetrias de poder (FERREIRA & TAVARES, 1999, p. 40 *apud* VIEIRA, 2013, p. 92), que se articulam de maneira sistemática para o desenvolvimento de padrões que organizam as condutas e as atividades de forma praticamente permanente (MORENO, 1999, p. 68).

Refletindo, sobretudo na existência de “modelos opostos e às vezes complementares, que constituem, para cada um de nós, a ótica por meio da qual julgamos, organizamos e interpretamos tudo aquilo que concerne às diferenças de gênero entre as pessoas [...]” (MORENO, 1999, p. 69). O que explica a prevalência das estereotípias de gênero nos recursos pedagógicos das mais diversas áreas do saber; nas escolhas profissionais de homens e mulheres; bem como no discurso expresso por profissionais da educação (VIERA, 2013, p. 93).

Contexto que pressupõe a necessidade da escola problematizar os fatores pelos quais têm contribuído com a perpetuação das estereotípias de feminilidade e masculinidade, no intuito de pôr em evidência uma educação não discriminatória, na qual homens e mulheres possam ser representados de forma equilibrada nos currículos, manuais pedagógicos e materiais didáticos; bem como a promoção de formação continuada para professores/as, a fim de que estes integrem às questões de gênero as suas estratégias de ensino; onde crianças e jovens do sexo feminino sejam envolvidas em áreas associadas aos homens (p. ex., matemática, tecnologias, mecânica), da mesma forma que seus pares masculinos possam optar por áreas relacionadas às mulheres (p. ex., línguas, educação, prestação de cuidados), orientando à vista disso, a promoção de papéis de liderança entre as crianças e adolescentes, a fim de eles possam acreditar na sua capacidade de desempenhar com competência, a profissão que desejarem, independente do seu sexo (VIEIRA, 2013, p. 92). Sobre esta questão, Moreno (1999) salienta:

Uma proposta equilibrada seria, a meu ver, apresentar não um modelo único, e sim, uma variedade de submodelos ou esquemas comportamentais entre os quais cada pessoa pudesse livremente escolher para conformar sua personalidade, sem que o fato de aderir a um implicasse a adesão a outros e sem estar submetido aos preconceitos de gênero tão limitadores para um como para o outro sexo (MORENO, 1999, p. 69).

O que nos convém inferir, ainda segundo este autor, sobre o dever da escolar em intervir sobre o modelo vigente, de modo a analisar juntamente com alunos/as os papéis que a sociedade atribui a cada sexo, ajudando-os compreender as implicações impostas sobre cada pessoa ao ter que se submeter aos estereótipos que a sociedade impõe ao seu gênero (MORENO, 1999, p. 74).

Logo, torna-se relevante a conscientização do corpo docente sobre a promoção de seminários, sessões e propostas de atividades que conduzam alunos/as ao debate de gênero, com base em uma perspectiva não sexista que “elimine progressivamente os estereótipos de gênero que predefinem e banalizam o que é suposto ser e fazer uma pessoa do sexo masculino ou do sexo feminino” (VIEIRA, 2013, p. 94).

Propiciando-os um estudo crítico dos modelos feminino e masculino, por meio de pesquisas que possibilitem a observação de como homens e mulheres são representados nas imagens vinculadas pela mídia, nas capas e conteúdos de livros e revistas, leituras infantis e juvenis, por meio da propaganda, na televisão, nos outdoor, bem como na concepção das pessoas, na rua, na família, entre os amigos, e etc., levando-os a “descobrir a existência de inúmeros esquemas de conduta atribuídos a cada sexo, que não têm relação com capacidades inatas nem formas espontâneas de comportamento, e sim com a reprodução dos modelos existentes” (MORENO, 1999, p. 75).

Quanto docentes, somos convocados a coeducar, e isto não significa pôr em uma mesma classe indivíduos de ambos os sexos, muito menos unificar, eliminando as diferenças por intermédio de um modelo único. Não é padronizar as mentes de meninos e meninas, mas ensinar a respeitar o diferente e a desfrutar da riqueza que cada gênero oferece. Compreendendo, neste sentido, que a sensibilidade, a ternura, a atenção às relações interpessoais não são aspectos exclusivos do feminino, o que nos leva a considerar que homens também podem expressar seus sentimentos, sem ter que reprimi-los continuamente em favor de sua virilidade (MORENO, 1999, p. 75-77).

### III METODOLOGIA

Consideramos para fins desta pesquisa, uma abordagem de cunho qualitativo, visto que esta possibilita a compreensão da dinâmica das relações sociais, a partir de um contato mais direto com os sujeitos entrevistados – professores/homens que trabalham na Educação Infantil, em escolas do município de Castanhal – PA, das quais já havíamos realizado alguns estágios obrigatórios, o que nos permitiu fazer uma inter-relação do cotidiano escolar, com o discurso expresso por esses profissionais no momento de aplicação da entrevista.

Proporcionando assim, uma análise mais próxima da realidade vigente, por meio do qual fomos capazes de averiguar a veracidade dos fatos e suas contradições, sem ultrapassar o tempo previsto para a finalização do estudo. Como afirma Minayo:

“O método qualitativo é adequado aos estudos da história, das representações e crenças, das relações, das percepções e opiniões, ou seja, dos produtos das interpretações que os humanos fazem durante suas vidas, da forma como constroem seus artefatos materiais e a si mesmos, sentem e pensam” (MINAYO, 2008, p.57).

Assim sendo, foi realizado um levantamento bibliográfico, que se efetiva, segundo Gil, por meio de “fontes publicadas em livros de leitura corrente, obras de referência, teses e dissertações, periódicos científicos, anais de encontros científicos e periódicos de indexação e de resumo” (GIL, 2003, p. 64), dentre as quais torna-se possível identificar as abordagens teóricas mais adequadas e relevantes ao estudo.

Oportunizando, deste modo, uma pesquisa de campo que se deu em escolas de Ensino Infantil e Fundamental, sendo duas da Rede Pública de Ensino, e duas da Rede particular, por meio do qual se utilizou como instrumento de coleta de dados, a entrevista semiestruturada, aplicada a dois professores/homens com o intuito de entender os dilemas vivenciados por esses profissionais durante sua trajetória como professor de crianças pequenas, assim como também, a dois Gestores Escolares, compreendendo seus posicionamentos sobre o homem na Educação Infantil, bem como a visão familiar e social que permeia o interior da escola, buscando deste modo, analisar as possíveis implicações das diferenças de gênero na prática docente.

O primeiro professor entrevistado, recebeu o pseudônimo Arthur, ele é Licenciado em Matemática, e exercia a docência na Educação Infantil ministrando aulas de Xadrez, mas por motivos pessoais, resolveu recentemente assumir as séries iniciais do Ensino Fundamental, enquanto que o segundo, de pseudônimo Bernardo, é professor de Meio Ambiente nas turmas de 3 aos 5 anos da Educação Infantil, e possui formação em Magistério, Instrutor de

Informática, Design Gráfico, Técnico em Manutenção de Computadores, Especialização em Educação Infantil, e atualmente está cursando Psicologia.

Quanto aos Gestores, entrevistamos uma Diretora da Rede Particular de Ensino, denominada com o pseudônimo de Karine, com formação inicial em Pedagogia e Pós-graduação em Gestão Escolar, bem como também o Gestor de pseudônimo Carlos, que trabalha na Rede Pública, e possui formação em Pedagogia e Especialização em Educação Especial e Inclusiva.

O estudo se concretizou a partir de uma análise descritiva da prática de professores do gênero masculino na Educação Infantil, a partir de seu posicionamento pessoal, profissional, psicoemocional e histórico-sociocultural, desde sua primeira experiência neste campo de atuação, até o momento que ele adquire significativos avanços, desconstruindo a fixidez em torno do gênero.

Para então, realizarmos um estudo de caso, por meio do qual visou dar visibilidade aos professores homens, no sentido de compreender quem são esses professores; quais motivos fizeram com que eles optassem pela docência com crianças; como eles exercem essa profissão, ponderando questões referentes às discussões de gênero e suas possíveis implicações na prática docente; quais suas dificuldades e desafios, bem como suas perspectivas profissionais, além de fortalecermos um debate pautado na desconstrução de práticas sexistas desde a infância, a fim de que a escola possa ser um ambiente que reflita uma sociedade que preze pelo respeito, pela tolerância e equidade de gênero.

## IV APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

### 4.1 Articulações sobre a prática cotidiana dos professores Arthur e Bernardo

O professor Bernardo possui formação em Magistério, Instrutor de Informática, Design Gráfico, Técnico em Manutenção de Computadores, Especialização em Educação Infantil, e atualmente está cursando Psicologia. Trabalha há quatro anos em uma Creche da rede pública de ensino, localizada no município de Castanhal – PA, ministrando aulas de Meio Ambiente para crianças na faixa etária de 3 aos 5 anos de idade.

Durante a entrevista, ele destaca que os motivos que o levaram a atuar como professor da Educação Infantil, foi sua afinidade com crianças pequenas, bem como o fato da infância ser a base para a formação do desenvolvimento pleno da criança, uma vez que, segundo o professor, ao ser realizado um bom trabalho nessa etapa da escolarização do aluno, aumenta-se as chances dele ser um bom cidadão no futuro. Acrescenta:

*“Assim que fui convidado para trabalhar na creche, minha intenção era de levar visibilidade à criança, dando importância as todas as áreas de sua formação, como a família, escola, comunidade, o meio social, religioso, econômico, cultural, afetivo, emocional, etc.”* (Entrevista realizada em 03/05/2019).

Enquanto que o professor Arthur trabalha a três anos em uma escola da rede particular de ensino do município de Castanhal – PA, e por ser Licenciado em Matemática, atuava como professor da Educação Infantil nas aulas de Xadrez, mas por questões pessoais advindo de seu cotidiano profissional, resolveu assumir as séries iniciais do Ensino Fundamental.

No que se refere aos seus planos de atuação profissional, o estímulo a falar sobre os motivos que o levaram a optar pela docência com crianças, ele ressalta seu encantamento pela profissão de professor, uma vez que esta possibilita a mediação de seu conhecimento matemático com as demais pessoas.

*“De início ser professor da Educação Infantil não estava em meus planos... quando eu estava no ensino médio, eu tive ótimos professores de Matemática e de Física que me deram todo um encanto pela disciplina, foi a partir daí que eu resolvi ser professor, me formei na área, e esse encantamento só aumentou, o que me fez querer transmitir esse conhecimento a outras pessoas também. Com relação a Educação Infantil, eu não conseguia me ver trabalhando com crianças, mas com o tempo eu percebi que a minha didática, a maneira de eu lidar em sala de aula, se aplicava muito bem a Educação Infantil... eu trabalhava com Xadrez (que não deixar de ser Matemática também, mas de uma outra maneira), e conseguia associar tanto o Xadrez quanto a Matemática à minha didática, as vezes eu fantasiava em sala de aula, criava uma história com os personagens do Xadrez e fabulava com meus alunos”* (Entrevista realizada em 30/04/2019).

Discurso que nos permite fazer uma relação entre o debate de gênero expresso por Scott (1989) com o cotidiano da docência, superando o determinismo biológico que diferencia homens e mulheres no âmbito do trabalho, o que nos leva a entender que o lidar com crianças

não advém das competências biológicas baseadas nas concepções históricas-socioculturais em torno do gênero, nas quais ressaltam o potencial da mulher como sujeito capaz de melhor educar crianças pequenas, principalmente no que diz respeito à Educação Infantil e séries iniciais do Ensino Fundamental, onde há sua maior predominância, enquanto que os homens tendem a ser levados às séries finais, lecionando disciplinas de áreas específicas, bem como aos espaços de liderança, como o cargo de diretor, coordenador pedagógico, dentre outras funções de maior destaque.

Advertindo-nos que o ato de ensinar e educar, independe do gênero, antes centra-se na formação e capacitação tanto do homem quanto da mulher para com o trabalho a ser desempenhado na escola, fazendo com que o ensino-aprendizagem se der de forma atrativa, produzindo sobretudo resultados relevantes ao desenvolvimento do aluno em suas múltiplas dimensões.

Ainda sobre a profissão de professor, os conduzo a argumentar a respeito dos preconceitos e discriminações que ocorrem e/ou poderiam ter ocorrido por eles trabalharem atuando como professor de crianças. Sobre isto, o professor Arthur, faz referência a fatores históricos que marcaram a construção social em torno da mulher na docência (ALMEIDA, 1998; CAMPOS, 2002), mas também frisa as inferências pessoais do profissional, ou seja, concepções e conceitos pré-estabelecidos socialmente sobre o homem, que durante sua trajetória de vida foram sendo interiorizadas (FERREIRA, 2008), principalmente sobre assuntos ligados ao assédio sexual, que o restringiam de exercer seu lado afetivo com as crianças, com receio do que os pais e os demais funcionários iriam pensar se vissem ele abraçando seus alunos por exemplo, algo que o limitava quanto profissional da Educação Infantil.

*“Diretamente eu ainda não sofri preconceitos, mas acredito que eles existem, pois ainda existem muitos tabus envolvidos, por exemplo: ‘o homem não sabe cuidar/lidar de criança pequenas’, isso porque desde os séculos passados sempre são professoras/mulheres, por terem aquele instinto materno. E eu carregava isso comigo, por exemplo, na docência com crianças, elas te abraçam o tempo todo, aí eu ficava constrangido com isso, pois eu sou alto, e quando isso acontecia, elas davam certinho na minha cintura, e eu como professor delas eu tinha que abraçar, retribuir aquele afeto. (Imagina se outra pessoa de fora visse isso, poderia pensar que eu estivesse assediando, ou então agindo de má fé com a criança), isso no começo, depois eu pensei e disse comigo mesmo ‘não, eu estou apenas abraçando meu aluno, estou tendo um momento de contato com ele, um momento de afeto’. Então, esse foi um desafio que eu decidi superar, comecei a abraçar, a beijar, a chamar de meu amor, como as professoras fazem, mudei minha própria concepção e conduta diante das crianças e das pessoas”.* (Entrevista realizada em 30/04/2019).

Por outro lado, o professor Bernardo, ressalta que em sua casa não houveram situações de preconceitos, pois a maioria de seus familiares são da área da educação, mas na sala de aula,

aconteceram momentos em que os alunos diziam que ele era *gay*, *mariquinha*, por estudar com muitas mulheres, e querer fazer parte de uma profissão considerada para a mulher.

*“Isso porque em um sistema machista presente em nossa sociedade, a educação dos filhos é dada pela mulher, o que se refletiu também na origem do Magistério, onde a mulher era a professora, a responsável pelo cuidado das crianças, o que faz com que o homem sofra preconceitos quanto ele decide entrar em uma profissão feminina, principalmente ao se tratar de uma reunião escolar, quase não somos solicitados à expor uma ideia, uma opinião, a importância é dada mais à professora, para falar sobre assuntos referentes as crianças”* (Entrevista realizada em 03/05/2019).

Enfatizando, desta feita, como os estereótipos de gênero presentes na sociedade têm implicado de forma negativa sob os sujeitos, influenciando suas práticas e condutas sociais de uma forma preconceituosa, na qual rotula-os conforme o que a sociedade determina ao seu gênero (MUSZKAT 2018, p.28), em detrimento do que cada um, seja homem ou mulher, tenha a oferecer quanto pessoa e quanto profissional. Da mesma forma que priva o homem de suas emoções e sentimentos, em busca de afirma-se como um “homem de verdade”, que preze por suas características masculinas conduzindo-o a negação de expressões humanas, como a afetividade (MUSZKAT, 2018, p. 34).

Situações que Bernardo considera contrárias aos conhecimentos da Psicologia, pois todo ser humano possui estruturas internas presentes em sua psique, que os conduzem de forma inconsciente tanto às características masculinas quanto às femininas, conhecidas como Anima no homem, e Animus na mulher, o que faz com ele compreenda e exerça seu lado feminino, rompendo, deste modo com os estereótipos criados em torno do homem, ou seja, aquele homem tido como pragmático, incisivo, sistemático, disciplinador, pode ser ao mesmo tempo, delicado, afetivo, carinhoso, detalhista, sem que ele perca sua identidade masculina (SEFFNER; GUERRA, 2014).

Além da constante coerção social em torno do professor/homem no ensino infantil, proveniente dos constantes casos de assédio e abuso sexual expostos na mídia, onde os agressores são pessoas bastante próximas das crianças e em sua maioria são homens, acontecimentos que acabam gerando nos pais um certo desconforto e falta de confiança no trabalho desses profissionais (PEREIRA, 2016). A respeito desse enfoque, o professor Arthur argumenta:

*“A falta de confiança é um dos problemas que o homem enfrenta quanto professor da Educação Infantil, pois ainda está muito enraizado a questão de que quem cuida melhor de crianças, é a mulher. Esse é o problema maior, o fato de não confiarem no meu trabalho porque eu sou homem, não acreditam que eu vou ter pulso, ter domínio sob às crianças, pelo fato de eu ser homem. A sociedade ver o homem como uma pessoa relapsa, que se preocupa pouco com os problemas, então não vai cuidar*

*direito do meu filho, não vai ter aquele pulso firme, o devido cuidado e atenção que uma professora tem” (Entrevista Realizada em 30/04/2019).*

Aspecto que implicou diretamente sobre a tomada de decisão do professor Bernardo em sua primeira experiência profissional na Educação Infantil, por meio do qual decidiu juntamente com a coordenação da creche, estabelecer alguns limites com relação ao cuidado da criança, especialmente sobre quem iria acompanhá-la ao banheiro, isso porque ele sabia dos preconceitos existentes na concepção da sociedade, e conseqüentemente, dos pais ao se deparem com a figura masculina em uma etapa da escolarização que exige uma estreita relação entre o cuidar e o educar. Ele enfatiza dizendo:

*“Para evitar problemas com os pais da criança eu decidi que quando uma criança quisesse ir ao banheiro, eu chamaria a moça do apoio pedagógico para acompanhá-la. Eu também não colocava meus alunos no colo, mas assim, esse foi um posicionamento pessoal que eu expus à coordenação e eles acataram, em nenhum momento eles colocaram limites com relação a minha função” (Entrevista realizada em 03/05/2018).*

Assim sendo, compreendemos que, apesar do professor ter tomado uma decisão radical quanto aos limites de sua função, é cabível compreendermos o caráter acrítico, ou seja, sem reflexão das crenças e preconceitos pelo qual Bernardo se dispõe, uma vez que a mídia tende a representar os homens como ameaças às crianças, como nos lembra Sayão (2005), quando diz que essa relação encontra-se muito presente dentro e fora das creches, dificultando o cotidiano escolar, pois baseia-se no poder masculino para vitimar mulheres e crianças.

Entende-se, portanto, que a concepção que vigora no imaginário social até os dias atuais, ainda é a representação do que é esperado socialmente para cada sexo/gênero, em decorrência de toda uma construção histórica sustentada pelas ideias do patriarcado, que se instaurou sob os professores do sexo masculino, onde o homem passa a ser visto como um sujeito autoritário, disciplinador, rígido e controlador do comportamento das crianças (PEREIRA, 2016).

Dando sequência a esta discussão, dialogamos sobre a forma como os professores contornam as dificuldades provenientes das representações sociais vinculadas ao gênero masculino no exercício de sua profissão, por meio do qual o professor Arthur destacou a conduta do profissional docente, como um mecanismo importante na desconstrução de estereótipos, principalmente com relação a concepção dos pais sobre a presença do homem na Educação infantil, uma vez que ao ser indagada sobre seu dia a dia na escola, a criança relata os mínimos detalhes do que foi desenvolvido em sala de aula por seu professor.

*“A minha conduta em sala de aula reflete também em casa, pois as crianças passam para os pais tudo que o aprenderam na escola (as crianças que seriam minha propaganda, meu marketing), é nelas que meu trabalho fica enraizado, para depois ser passado aos pais, e assim, eles adquirem uma outra visão de mim”* (Entrevista realizada 30/04/2019).

Todavia, o professor relatou que essa facilidade em lidar com os problemas advindos do cotidiano da profissão docente foi algo que precisou ser conquistado, pois muitas foram as dificuldades enfrentadas, especialmente durante sua primeira experiência profissional na Educação Infantil.

*“De início eu fiquei totalmente perdido, pois quando você entra na Educação Infantil, você percebe que os alunos são muito próximos, por exemplo, se eles querem te perguntar alguma coisa, todos eles vêm em cima de ti, então quando eu vi aquilo, eu pensei ‘Meu Deus, o que eu vou fazer!’ Minha maior dificuldade foi atrair a atenção deles, pois se a gente for dar uma aula tradicional, comum, eles dispersam logo, então eu procurava fazer minha aula ficar interessante, por exemplo, eu usava muito a contação de histórias para chamar a atenção das crianças, pois a partir do momento que eu falava que eu ia contar uma história, até aquele aluno mais aperlto da turma ficava vidrado na aula”* (Entrevista realizada em 30/04/2019).

O professor completa seu posicionamento dizendo que a Educação Infantil permitiu com que ele se reformulasse como pessoa e como profissional, no sentido de promover mudanças significativas no que refere a conduta de um professor de crianças, seja no modo de agir, seja na maneira de falar.

*“Eu era marinheiro de primeira viagem, pois a experiência que eu tinha em sala de aula era com adolescentes. Então, por exemplo, meu linguajar já era diferente... com crianças eu tive que me reformular como pessoa e profissional, na minha conduta, como eu falava, porque eu falo muitas gírias, eu falo palavrão, e eu sabia que eu não poderia agir desse jeito com os pequenininhos. E isso demorou um pouco, demorei para eu me reformular como profissional para me encaixar em uma Educação Infantil, mas assim, eu conseguir obter avanços significativos quanto a isso, eu observava muito o modo como as professoras agiam, e comecei a adaptar suas atitudes para o meu dia a dia”* (Entrevista realizada em 30/04/2019).

A respeito desse fragmento, podemos acrescentar à fala do professor, uma reflexão bastante propícia aos estudos feministas de autoras como Scott (1989), Louro (1997), Matos (2008), no qual ressalta-nos o caráter relacional dos indivíduos, pelo qual visa conscientizar a sociedade que a mulher pode contribuir com o homem e vice-versa, assim como em determinadas situações torna-se necessário que o masculino interaja com feminino, no sentido de perceber seu potencial, a fim de desmitificar e sanar de forma progressiva, as desigualdades sociais e de gênero na mentalidade dos sujeitos.

Com relação a escola, foi perguntado aos professores algumas questões sobre seu trabalho com as crianças, principalmente no que diz respeito aos limites, ao perfil de professor esperado pela coordenação da instituição, bem como o monitoramento de suas aulas. Sobre essas indagações, Arthur argumenta dizendo:

*“Minha pretensão na escola já era de trabalhar aqui, digamos que esse era meu objetivo pessoal, daí eu me preparei para mostrar meu trabalho... esse momento coincidiu com uma Feira da Cultura aqui na escola, e o tema era Jogos Matemáticos, e meu TCC também foi sobre isso, então eu trouxe todo esse material, os alunos gostaram, se interessaram bastante, e foi aí que a Coordenação me chamou para trabalhar com o Xadrez com as crianças pequenas... sobre os limites, a escola não tratou nada relacionado a isso, mas houveram situações que eu tive que levar meu aluno ao banheiro para ele trocar de roupa, essa foi uma situação nova para mim, mas assim no mesmo momento que eu quis me constranger com aquilo, eu pensei ‘ não, eu estou aqui como profissional, eu sou professor, não estou fazendo nada de errado, apenas estou exercendo minha função’. E se tratando do perfil de professor, posso dizer que não foi exigido explicitamente, mas implicitamente sim, fiz uma autoanálise, pois quando eu entrei na escola, eu percebi vários critérios embutidos... vi que eu precisava mudar meu visual, pois eu tinha o cabelão, usava barba, então eu resolvi cortar o cabelo, mudar minha aparência, mas isso não foi nada imposto, foi uma questão pessoal. Quanto ao trabalho com as crianças, nada foi exigido, apesar de eu ser homem, eles acreditaram no meu trabalho e focaram nos resultados”* (Entrevista realizada em 30/04/2019).

Da mesma forma ocorreu com Bernardo, pois relata que a escola não o conduziu a nenhum tipo de enquadramento profissional, e atribuiu isso ao fato de que todos os profissionais da creche, antes de se iniciar os trabalhos propriamente ditos, receberam formação continuada capaz de orientar o trabalho a ser desenvolvido com as crianças da Educação Infantil.

Quanto ao monitoramento, ele ressalta ter percebido olhares por parte da coordenação que demonstravam implicitamente o preconceito por ele ser homem nesta função, não deixando de negar que as pessoas estavam sempre atentas a sua conduta em sala de aula. Ele acrescenta com a seguinte situação:

*“Eu tinha uma aluna que era acostumada a chamar a atenção dos professores se jogando no chão, chorando e fazendo birra... em uma das minhas aulas ela subiu na bancada do computador e se jogou no chão chorando, e a coordenadora foi passando naquele momento, quando ela viu aquilo, ela parou, fechou a cara, mas também não procurou saber o contexto da situação, e foi falar com a diretora, relando que eu havia agido de forma grosseira com a criança, machucando a menina. Fui chamado na direção da escola para me explicar, e ali vivenciei na pele a coerção social, a discriminação das pessoas sobre minha função de professor homem na Educação Infantil, (depois resolvemos isso em uma reunião com toda a comunidade escolar, e ficou tudo bem!)”* (Entrevista realizada em 03/05/2019).

Se observamos o relato do professor de forma superficial, a situação que se apresenta pode até ser compreendida como um mal entendido, entretanto, nela se expressa a existência uma construção histórica-sociocultural ainda muito forte sob o homem e a mulher em nossa sociedade, advinda de conceitos que vieram sendo interiorizados e reproduzidos, de forma implícita na prática dos agentes educacionais, por meio do sistema, dos currículos, livros didáticos, da relação professor/professora, aluno/aluna, influenciando à vista disso, o cotidiano das instituições escolares (VIEIRA, 2013, p. 92).

A saber, sobre como o professor Arthur avalia a questão do monitoramento no desenvolvimento de seu trabalho, ele articula enfatizando que este é um ponto crucial para o aprimoramento de qualquer profissional, contudo, segundo ele, o professor é o sujeito que dentre tantas profissões, ainda é o profissional mais avaliado, algo que lhe causa uma certa frustração, e acrescenta dizendo:

*“Vou falar de mim, eu me esforço, eu estudo, eu tento revolucionar minhas aulas com ideias, com didáticas diferentes, chego a me sentir preparado para dar aquela aula, por exemplo, dentro do que eu planejei, eu já consegui detectar tudo aquilo que poderia dar errado e busquei solucionar, mas sempre vem alguém para dizer ‘olha, eu acho que você deveria fazer assim’, aí eu fico me perguntando: ‘poxa, se eu não posso tomar liberdade de opinar no momento em que um médico está operando, dizendo a forma como ele deveria fazer a cirurgia, ou dizer ao engenheiro que seu cálculo está errado, porque todos podem optar sob a nossa profissão de professor’, relacionando isso ao monitoramento, vejo que é importante sim, para que o profissional se polície, se aprimore, da mesma forma que a empresa precisa saber como seu trabalho está sendo desenvolvido, mas assim, ele também precisa ter autonomia, vamos avaliar os resultados, isso sim é fundamental. (Se o professor mostrou resultados positivos – legal, se foram negativos – vamos ver qual foi o erro, para tentarmos ponderar isso)”* (Entrevista realizada em 30/04/2019).

Percebemos que está é uma visão geral do professor quanto à sua profissão, o que não significa dizer que esse tipo de interferência ao seu modo de dar aula aconteça na instituição em que ele trabalha, pois em seguida ele fala que durante as aulas, independentemente de ser uma professora/professor, ambos são monitorados, mas não no sentido de repressão, e sim de observar se as aulas estão ocorrendo bem e se os professores estão precisando de algum auxílio pedagógico por parte do apoio e/ou coordenação.

Ao nos remetermos sobre seu relacionamento com as crianças (meninos e meninas), o professor Arthur, realça dizendo que apesar dele atuar em uma profissão em que as crianças tendem a estar mais familiarizadas com a figura da professora, não houveram estranhamentos. No entanto, ele atribui essa empatia, ao fato dele ser muito comunicativo, alegre e divertido, características essenciais para o trabalho com crianças pequenas.

*“Sempre tive uma resposta bem positiva por parte das crianças, assim que eu chego na sala, elas vibram com minha presença, tanto meninas quanto meninos, mas o que eu percebo – as meninas abraçam mais do que os meninos, eles tendem a ser mais retraídos, mais vergonhosos”* (Entrevista realizada em 30/04/2019).

No que diz respeito às crianças, Bernardo também explica que de início houveram momentos em que algumas delas demonstraram um certo estranhamento quanto a sua presença em sala de aula, principalmente as meninas, e foi a partir do comportamento delas que ele percebeu a importância dele expor seu lado feminino, para que assim elas percebessem que homem também brinca de boneca, faz penteados, maquiagens, brinca de roda, faz cantigas e etc., quanto as meninos o professor enfatiza ter sido mais natural, por ser uma pessoa do gênero

masculino, no qual iria estar junto com eles brincando de futebol, de carrinho, de boneco, assistindo desenho, dentre outras atividades.

Esse tipo de situação, em que meninos mostram-se bem mais retraídos do que as meninas ao expressarem seu lado afetivo e emocional, é um fator que está estritamente associado com as imposições sociais postas aos corpos, desde a infância, como considera Muszkat (2018), trata-se de toda uma expectativa que se atribui ao menino/menina para que estes possam constituir-se como tal, assumindo, portanto, características socioculturais que os define de acordo com o que se espera a partir do gênero da criança.

Aspectos que suscitam a necessidade da existência de uma escola que possua uma proposta pedagógica pautada na equidade, por meio do qual todos os alunos possam ter acesso as mesmas informações, recursos, estratégias de ensino, etc., bem como serem cobrados físico e intelectualmente sem distinções de gênero, explorando desta forma suas mais diversas capacidades, para além do que foi socialmente condicionado ao menino/menina (VIEIRA, 2013, p. 92). Sobre este aspecto, o professor Bernardo acrescenta dizendo:

*“Essa fase é interessante, pois trabalhamos o desenvolvimento da criança, não há uma cobrança específica quanto a leitura e a escrita, o professor é levado a ensinar de uma forma lúdica, fazendo com os alunos aprendam brincando, se divertindo. É necessário trabalhar a coordenação motora, percepção, atenção, explorar limites da criança, fazer com ela compreenda os combinados, seus direitos e deveres, aprenda a conviver e respeitar o outro, dentre tantas outras questões”* (Entrevista realizada em 03/05/2019).

Em suma, o professor articula sobre a importância de dialogarmos com a criança assuntos pertinentes a formação de sua personalidade, identidade e caráter, por meio da ludicidade, uma vez que este recurso proporciona ao aluno uma aprendizagem de forma leve e prazerosa, na qual o conduzirá a uma mudança de consciência sobre seu papel ético diante da sociedade.

Sendo assim, torna-se relevante que os alunos sejam esclarecidos desde a infância sobre suas funções, posições e lugares sociais, visando uma tomada de reflexão, no qual meninos e meninas possam se posicionar contra as inúmeras opressões que a sociedade os impõe mediante o sexo, denunciando as desigualdades de classe, etnia, e especialmente de gênero, em prol de seus direitos políticos e civis (VIEIRA, 2013; MORENO, 1999).

*“Essa divisão, onde cada um sabe o seu lugar, existe, pois ainda vivemos em uma sociedade marcada pelo patriarcado. O homem desde criança é orientado a estar acima da mulher, por mais que ela exerça a mesma função que a dele, ele não aceita. Muitos querem chegar do trabalho, ter a casa arrumada, roupa lavada, a comida feita, eles não entendem que essas funções também são deles, mas esse pensamento é algo que foi aprendido assim, foi enraizado nos sujeitos, é o chamado inconsciente*

*pessoal e coletivo, que necessita de uma mudança de consciência radical da sociedade em geral, para que todos venham se libertar desse pensamento machista”* (Entrevista realizada em 03/05/2019).

Posto que, a sociedade constrói nos indivíduos uma identidade social, capaz de atribuir lugares voltados para o homem e mulher, baseando-se nas relações de gênero advindas do patriarcado, no qual pressupõe que o órgão sexual é o fator determinante das funções sociais (PEDRO, 2010, p. 03).

Pressupostos que implicam segundo os professores, no que diz respeito à predominância da mulher na área educacional, visto que isso resulta de uma construção social, onde o homem carrega sobre si, a responsabilidade do sustento da família, enquanto que a mulher cuida do lar e dos filhos, ou seja, a ela foram direcionadas atividades que exprimem em sua essência, uma extensão do espaço doméstico. Sobre isso, ambos especulam dizendo:

*“Não havia espaço para as mulheres nas demais áreas, não havia mulher engenheira, advogada, a totalidade dessas profissões eram masculinas, o que sobrava era a docência, que apesar de ser uma conquista, também não deixa de ser uma imposição machista dos lugares sociais”* (Entrevista realizada em 30/04/2019).

*“O lado maternal, desde muito tempo tem influenciado a mulher a estar mais presente no cuidado com crianças, do que o homem, e isso implica na docência, pois a sociedade entende que a mulher possui mais habilidades em lidar com crianças, por conta desse instinto materno”* (Entrevista realizada em 03/05/2019).

Características que implicam de forma negativa na prática docente (VIANNA, 2002 *apud* PEREIRA, 2016), pois, isso acaba limitando a/o professora/professor quanto profissional e quanto pessoa, uma vez que ambos passam a sentirem-se incapazes de superar determinados desafios e assumir lugares que não lhes foram circunscritos socialmente.

Refletindo, sobretudo, sobre o lugar do homem na educação, retomando a ideia do preconceito discutida por Sayão (2005, p. 06), que está incutida na mentalidade de alguns pais, por meio do qual tendem a não concordar com o fato de um homem ser professor de sua filha, por exemplo, são casos que acontecem e que frustram o docente Arthur, pois segundo ele, isso prejudica seu lado profissional.

*“Eu já sofri esse tipo de preconceito com aula particular (reforço), pois quando eu era indicado para dar aula a uma moça, os pais sempre perguntavam: ‘Ele é de confiança?’ ‘Ele é mesmo profissional, porque é minha filha?’, sempre existiu essa barreira, e acredito que eu sofreria ainda mais se eu fosse Pedagogo, atuando na Educação Infantil, como professor da turma”* (Entrevista realizada em 30/04/2019).

Contudo, na concepção de ambos os professores, ser homem no cuidado com crianças é algo bastante positivo, pois desfaz paradigmas, nos instiga a refletir criticamente sobre nossas atitudes, em razão do número de homens que estão se formando, e conseqüentemente irão

adentrar ao mercado de trabalho, a fim de avaliarmos a questão de capacitação profissional, ao invés do gênero (PEREIRA, 2016).

Entretanto, Bernardo acredita que, para mediar o ensino-aprendizagem de crianças, é essencial que os homens sejam esclarecidos sobre a necessidade de transformação na estrutura de seu pensamento individual, a fim de se posicionar contra as mais diversas formas de classificações que originam as desigualdades entre os gêneros (NOLASCO, 1997; CECCHETTO, 2004). Exemplifica dizendo:

*“Se o professor entender que a criança, seja menino/menina, possui suas particularidades, e que um é tão bom quanto o outro naquilo que são, no que fazem e/ou desejam fazer, considero positivo, mas se assim não for... e se caso ele demonstre qualquer que seja o preconceito, especialmente com a mulher, limitando as meninas de determinadas atividades, por considerar ela um ser frágil, para pular um pneu por exemplo, eu sou completamente contra, pois ele estará influenciando a aprendizagem da criança de uma forma errada”* (Entrevista realizada em 03/05/2019).

O que nos cabe considerar a importância da formação de professores, como afirma Campos (2006), elucidando a conduta desses profissionais acerca da importância da discussão sobre gênero na escola, visando desfazer barreiras e mitos que favorecem o masculino, em detrimento do feminino, oportunizando melhorias nas relações interpessoais entre professores-professoras e aluno-aluna, respeitando o outro em sua totalidade, por meio do qual o docente poderá ressignificar sua prática, buscando meios que o permitam superar determinados impasses que apesar dos avanços com relação a equidade de gênero, ainda mostram-se de forma latente no pensamento coletivo e individual dos sujeitos.

*“A questão da falta de formação é um dos impasses a serem superados para transformar a prática de qualquer profissional, mas eu diria que o impasse maior somos nós mesmos, precisamos nos conscientizar que todo problema tem uma solução, eu não posso estagnar diante das situações difíceis, muito menos das dificuldades, é necessário problematizar minha conduta em sala de aula como docente, e buscar modos que contornem aquela dada situação”* (Entrevista realizada em 30/04/2019).

Dessa forma, para que isso se efetive na escola, é fundamental que temáticas de gênero sejam apresentadas durante a formulação do projeto político pedagógico, para que assim, toda a comunidade escolar possa propor ações que orientem um repensar da prática docente, bem como atividades que desmitifiquem estereótipos desde à infância, pois esta é a melhor fase para promover debates que promovam no aluno(a) uma consciência crítica e reflexiva, para que ele(a) possa questionar determinados paradigmas socioculturais, em prol de um bem maior, que é o respeito mútuo entre nossos semelhantes (MORENO, 1999, p. 75-77).

Cabe frisar, pois, o papel da escola, no sentido de possibilitar a promoção de ações que sejam capazes de elucidar os sujeitos sobre os assuntos transversais que compõe o currículo educacional das instituições, a fim de suscitar mudanças de consciência nos modos preconceituosos e discriminatórios de se pensar temas polêmicos, como a sexualidade, pois segundo o professor, existirão momentos em que as crianças irão questionar se é certo ou errado relacionamentos com pessoas do mesmo sexo, por exemplo, e quanto professores precisamos ser realistas ao esclarecê-la, atentando-se aos devidos cuidados, para evitar imposições ideológicas, bem como posicionamentos desrespeitosos, visto que trata-se de uma criança em formação. Ele acrescenta:

*“Nós quanto professores temos que suscitar em nossos alunos, debates sobre sexo, drogas, sentimentos de frustração... estamos muito preocupados com o repasse de conteúdo, e esquecemos o lado humano e social de nossos alunos, são pessoas que possuem sentimentos, frustrações... eu tenho que ensinar meu aluno a lidar com esses impasses. Por exemplo, a gente se depara com casos em que o menino(a) estão “gostando” um do outro, mas ninguém chega com eles para explicar o que é esse “gostar”, como ele precisa agir, o que ele tem que fazer com esse sentimento, etc., os pais que deveriam falar com esse adolescente sobre sexualidade, não falam, a escola também não, então eles acabam aprendendo na rua, entre os amigos, e as vezes de uma forma deturpada... Quando as crianças vinham me perguntar assuntos polêmicos, eu sempre me atentei a duas questões muito importantes quando nos posicionamos sobre algo, a primeira é o respeito com relação a concepção dos pais da criança, a outra é não ser hipócrita, ou seja, se uma criança me pergunta sobre o namoro entre menino-menino e menina-menina, eu não iria responder nem que sim, nem que não, iria dizer: “se ele(a) quiser, eles podem se relacionar normalmente”, assim, eu não iria ser neutro sobre esta questão, nem contra os pais dos alunos, estaria fazendo meu papel de professor, estimulando meus alunos ao pensamento crítico, por meio do qual eles iriam perceber que esse tipo de relacionamento existe, e que devemos respeitar” (Entrevista realizada em 30/04/2019).*

Quanto as estratégias metodológicas usadas pelo professor Arthur para desenvolver essa consciência crítica, ele frisou que durante seu trabalho com a Educação Infantil, por várias vezes utilizou personagens do Xadrez para articular com as crianças, por meio de histórias infantis que viabilizassem de forma concreta diversos assuntos a nível de sua curiosidade, assim como temas cruciais ao seu processo de desenvolvimento humano e social. Em relação ao Ensino Fundamental não é diferente, pois ele não dispensa a possibilidade de promover debates que garantam um despertar consciente, no qual os alunos possam repensar suas atitudes e comportamentos em favor do respeito e da dignidade dos sujeitos sociais.

Perspectiva de ensino, que também faz parte da prática pedagógica do professor Bernardo, que apesar das dificuldade provenientes da falta de formação continuada nas temáticas de gênero, revela que sempre procurou contornar as situações de preconceito/discriminação entre as crianças, por meio do diálogo durante o momento da

rodinha, fazendo-as falar sobre a função do pai/mãe, da formação das famílias, do seu papel quanto filho, independente do sexo, estimulando a repensar aspectos afetivos e sociais, a partir de um viés que eles já conhecem, que é a família. Sobre isso, o professor relata o seguinte:

*“Sempre que acontecia alguma situação em que as crianças questionavam algum aspecto que de certa forma diferenciava os meninos das meninas, eu não os reprimia com uma lição naquele exato momento, eu sempre preferi usar a fala das crianças para desenvolver uma atividade que estimulasse elas a repensarem suas atitudes e opiniões. Aconteceu uma situação em que eu comecei a perguntar pra eles sobre a atividade do pai e da mãe, exemplo: Quem cozinha na sua casa? Quem coloca você para dormir?”, para depois instiga-los a pensar por exemplo, se o pai conseguia fazer comida, ou colocá-lo para dormir. E isso, foi incrível, pois muitos deles responderam que sim, e alguns chegaram até a pedir ao pai que ajudasse a mãe nas tarefas, cozinhasse, o colocasse para dormir, contasse histórias. Assim, as crianças percebiam que essa separação sociocultural não deveria existir, compreendendo que todos podem contribuir uns com outros”* (Entrevista realizada em 03/05/2019).

Esse tipo de posicionamento segundo o professor, é interessante, pois nos permite compreender como a criança observa, analisa, critica, sugere, além de subsidiar os momentos de articulação entre professores e pais sobre as concepções e percepções da criança durante seu desenvolvimento escolar, permitindo-os rever comportamentos e condutas que possam estar influenciando negativamente a formação identitária de seu filho/filha.

Compreensão que nos leva a discorrer sobre a importância da discussão de gênero e sexualidade na escola, envolvendo não só os alunos, mas toda comunidade escolar e local (VIEIRA, 2013, p. 93), posto que se os pais estão expondo em casa atitudes machistas e preconceituosas, logo, isso será refletido na conduta das crianças na escola, quer seja no discurso desse aluno(a), quer seja de forma concreta, por meio de comportamentos agressivos que demonstrem aversão às pessoas que não condizem com o padrão social.

Assim sendo, é relevante que os indivíduos deixem de enquadrar meninos/meninas, homens/mulheres com base em um padrão social pré-estabelecido (MORENO, 1999, p. 69), *“se eu sou homem e escolhi ser Babá, e tenho preparo para isso, eu posso ser um ótimo Babá, meu gênero não interfere em nada, essa ideia de achar que o sujeito não é capaz de assumir determinadas atividades por ser homem/mulher, é algo que advém do preconceito das pessoas”* (Entrevista realizada em 30/04/2019), ou seja, ao invés de nos atermos aos estereótipos oriundos das diferenças sexuais para definir tanto o masculino quanto o feminino no âmbito educacional, precisamos observar aquilo que o ser humano tem a favorecer, considerando sua competência profissional, bem como os resultados obtidos com base em uma prática pedagógica bem desenvolvida.

Sobre este assunto, o professor Bernardo, também salienta a relevância do papel da família, no sentido de orientar a criança pelo viés do respeito, bem como da compreensão de suas obrigações sociais e domésticas, assim como também destaca a necessidade de ações governamentais que deem visibilidade à mulher, e sobretudo o respeito que ela merece. Ele continua deixando a seguinte reflexão:

*“Se eu que sou o pai, demonstro atitudes machistas dentro de casa, que argumento eu terei para que meu filho seja diferente? Os pais precisam dar o exemplo, para então, ensinarem seus filhos. Quando a sociedade brasileira, o respeito precisa vim de quem nos representa, o governo precisa ser exemplo. Se o Presidente trata as mulheres como objetos, dizendo aos gringos que eles podem vim ao Brasil, mas na condição de que seja apenas para pegar nossas mulheres, se a ministra discursa dizendo que a mulher precisa estar no lar, ser submissa ao marido e as tarefas que a ela lhe condiz, como esperar da população atitudes de respeito? Estamos vivendo momentos difíceis, principalmente com relação a classe minoritária, inclusive, aumentasse cada vez mais o número de feminicídio em nosso país”. O preconceito só prejudica nos mesmos... se o homem trata a mulher como objeto, acha que o lugar dela é em casa, e um dia ele se deparar com uma mulher independente, ele vai sofrer as consequências, e isso de forma alguma vai afetar ela, pois ela foi ensinada a conquistar seu lugar no mundo... vai afetar ele, porque ele não concorda. Então, isso deve ser trabalhado na criança inicialmente pela família, e depois pela escola, fazendo com que ela entenda sua importância na sociedade, assim como sua contribuição no universo do outro” (Entrevista realizada em 03/05/2019).*

A fim de enfatizar esta discussão sobre relacionamento dentro do ambiente escolar, falamos com os professores a respeito de como eles consideram o convívio com as professoras da instituição, visando deste modo entender sua experiência profissional em um ambiente predominantemente feminino. Assim sendo, destaca-se o argumento do professor Arthur, no qual afirma que:

*“Isso é uma questão pessoal, mas eu gosto que esse ambiente seja envolto por mulheres, e não é porque eu sou homem, mas porque em uma rodada de amigos por exemplo, 90% dos homens falam em específico de – mulheres e futebol, e eu acabo me tornando um estranho, pois me interessa por outros assuntos além desses dois, o que não acontece na relação com mulheres, pois elas têm inúmeros assuntos para conversar, eu acho isso muito interessante, pois instiga a gente a conversar, a aprender mais. Quanto ao meu relacionamento com as professoras, eu considero muito bom, a relação de amizade é bem legal também, algumas amizades foram além do lado profissional, do ambiente escolar, levo para a vida pessoal até hoje. Sem falar que eu sempre pude contar com as professoras, em questão de apoio, resolução de problemas... enfim, elas me ajudam, eu ajudo elas, é uma via de mão dupla” (Entrevista realizada em 30/04/2019).*

Sobre este enfoque, em especial sobre o grau de importância que o professor atribui a figura da mulher/professora, destacando em seu argumento um ponto crucial, que é o contributo da mulher em sociedade, cabe conjecturar sobre a urgência de homens/mulheres serem tratados com mais humanidade, onde ambos podem ser vistos para além de suas aptidões físicas e/ou características biológicas, pois estamos falando de sujeitos sociais, imbuídos de perspectivas,

crenças, culturas, dentre tantos outros fatores que implicam sob o modo de ser e agir em sociedade (MATOS, 2008), portanto, devemos valorizar o que um tem a somar com o outro, devemos compartilhar essa *via de mão dupla*, na qual frisou o professor Arthur.

Em virtude de toda uma construção social, marcada por uma dicotomia em que o homem era “masculino racional, espiritual, objetivo, centrado na cabeça” e a mulher constituía-se em um feminino desmiolado, só corpo, só seios, cinturas, quadris e vulvas, um corpo só sensibilidade, só paixões e afetos [...]” (MACHADO, 2010, p. 26). Precisamos desconstruir essa ideia estereotipada do ser humano dentro de nossa própria mentalidade, para então, ensinamos com base em uma prática docente orientada pelo respeito ao outro – “o outro é o outro gênero, o outro é a cor diferente, o outro é a outra sexualidade, o outro é a outra nacionalidade, o outro é o corpo diferente” (SILVA, 2006, p. 97), para que se promova uma educação mais humana, emancipatória e libertadora, em busca de igualdade e visibilidade aos gêneros, sem qualquer preconceito ou discriminação.

Uma vez que é notório o entusiasmo dos professores em trabalhar nesta profissão, bem como os meios que eles utilizam para desenvolver sua prática pedagógica, além de acreditarem que são referência no que se propõe a fazer, mesmo diante de uma sociedade marcada por estigmas que impedem os indivíduos de analisar o homem na educação, como uma forma de desvelar determinadas barreiras vinculadas ao gênero, aspectos que muitas das vezes o fazem almejar outras posições em detrimento do magistério (FERREIRA, 2008, p. 64), em consequência desse olhar preconceituoso, não só a respeito do homem, mas também sobre a forma como tem sido atribuído as funções/lugares/posições das mulheres em sociedade.

Sobre isso, o professor Arthur expressa sua opinião ponderando algumas situações, nas quais ele considera ser um absurdo, como, por exemplo, o patriarcado, por meio do qual centraliza-se o poder na figura do homem, enquanto associa-se a mulher ao sexo frágil, limitando-a de realizar certas atividades (SEFFNER & GUERRA, 2014).

*“Eu não sei se eu posso dizer isso, mas eu creio que em outra vida eu fui mulher, pois tem muitas coisas que acontecem com as mulheres que eu acho um absurdo, a questão do patriarcado, por exemplo. Ao meu ver, a mulher pode ocupar qualquer lugar, tanto quanto o homem, e desempenha funções melhor do que o homem as vezes, se ela ocupar aquela posição, pois ela tem um cuidado, uma atenção, uma essência que o homem muitas vezes não tem. No entanto, infelizmente, a gente ainda vive em uma sociedade muito machista, o patriarcado ainda é dominante. Mas assim, existem mulheres que estão revolucionando e provando o contrário do que foi sendo posto socialmente, e eu dou total crédito a elas”* (Entrevista realizada em 30/04/2019).

Reflexão que revela a importância de uma educação pautada no papel da escola em coeducar os alunos, propiciando-os medidas capazes de combater a segregação entre

meninos/meninas, nas quais os discriminam com base nas diferenças sexuais dos sujeitos, da mesma forma que delimita espaços por meio de símbolos e códigos, institui modos de ação e produz identidades de gênero ao informar seus lugares diante da sociedade (LOURO, 2003).

Afirma-se, neste sentido, a necessidade de valorização de homens e mulheres, a partir de práticas escolares que permitam a ressignificação de condutas preconceituosas em torno dos gêneros, instigando alunos(as) à reconstrução dos ideais que constituíram socialmente o feminino e masculino, definindo-os como opostos ou essenciais aos indivíduos (MAU, HITCHCOCK & CALVERT, 1998 apud VIEIRA, 2013). À vista disso, é pertinente os esforços em prol de questionamentos que favoreçam estratégias de ensino capazes de orientar os educandos à uma política de igualdade de gênero a partir da escola.

#### **4.2 Concepções de gestores educacionais sobre o professor/homem e as implicações de gênero na docência**

Após o relato advindo da prática de professores homens no contexto da Educação Infantil, daremos continuidade à pesquisa, com base nas concepções de gestores escolares sobre duas vertentes, a primeira discutirá a respeito das representações socioculturais em torno do homem e da mulher, para então, entender de que forma as implicações decorrentes das diferenças de gênero interferem na docência, em especial quando se trata da figura masculina no trabalho com crianças, enquanto que a segunda irá partir da ideia de que a escola constituiu-se como um importante mecanismo político e social em prol da desconstrução das desigualdades de gênero.

Assim sendo, entrevistamos a Diretora Karine, da rede particular de ensino infantil, e o Gestor Carlos, da rede pública, ambos com formação em Pedagogia e Pós-graduação em Gestão escolar e Educação Especial e Inclusiva, respectivamente.

A questão inicial, tratou de desvelar a compreensão sociocultural dos entrevistados com relação as funções/posições/lugares atribuídos aos homens e mulheres em nossa sociedade. E sobre isso, ambos argumentam que apesar das inúmeras conquistas das mulheres em favor de seus direitos, as desigualdades de gênero ainda se fazem presente, seja no trabalho, no lar, no casamento, na sociedade de modo geral (LOURO, 2012). E completam dizendo:

*“Hoje, nós mulheres, estamos ocupando na sociedade, uma posição bem à frente no que diz respeito a dedicação pela conquista do respeito, profissionalismo, da qualificação. Mas assim, enquanto sociedade, não que nós devemos nos igualar a tal ou a quem, mas nós temos que procurar enquanto ser humano, uma posição na sociedade onde nós nos encontramos, independente do sexo. No entanto, a gente ainda enxerga na sociedade uma certa resistência em funções, profissões, valores recebidos, dentro do casamento... a gente não deseja isso, mas essa desigualdade*

*existe. Mas eu ainda acredito na mudança, na atribuição de valores à qualificação, ao profissionalismo, a prestação de serviços, tanto de homens quanto de mulheres. Espero uma associação entre respeito e convivência entre cidadãos, funcionários, empresários, amigos, colegas de trabalho, entendendo que todos podem contribuir com o outro, sem divisões, sem atribuir ao homem e/ou a mulher, e sim às pessoas”* (Entrevista realizada em 06/05/2019).

*“Hoje a gente percebe que ainda há uma discriminação de gênero muito grande no mercado de trabalho, principalmente com relação à mulher. Já na educação, a gente quase não vê homens, principalmente no curso de pedagogia, dentre 50 matriculas, 8/10 são homens, quando não é menor, pois ainda é muito comum o sexo feminino assumir a sala de aula, há essa predominância. E se tratando da sociedade de modo geral, com o presidente que estávamos tendo, a gente não percebe uma boa vontade dele em relação à igualdade de gênero, ele não se preocupa com a questão das minorias, e isso é preocupante, pois a gente não sabe qual é o futuro da sociedade brasileira daqui para a frente”* (Entrevista realizada em 08/05/2019).

Em virtude do exposto, continuamos a entrevista falando sobre a predominância da mulher no âmbito da docência, destacando a relação maternal que se instaura na mentalidade dos sujeitos sob o professorado, e suas possíveis implicações no cenário atual da educação.

*“A gente cresce em uma sociedade onde a figura de professor sempre foi feminina, no Brasil sempre foi assim, figura feminina dentro da escola. Hoje, aqui na escola, nós temos professores homens que trabalham nas séries finais do Ensino Fundamental, com as disciplinas específicas, como história, geografia, matemática... Mas assim, querendo ou não, quando falamos da educação de crianças menores, a gente ainda percebe a forte ligação do vínculo materno com a predominância feminina, isso porque essa é a fase em que a criança sai do seio da família e adentra à escola, é uma extensão, o que não significa dizer que vamos fazer o papel de mães, ser professor vai muito além, mas sim, o gênero feminino ainda é muito presente, e bem mais aceito pela sociedade por isso”* (Entrevista realizada em 06/05/2019).

*“Eu atribuo essa predominância à tradição de professora na área, apesar de que com passar do tempo a gente já observa homens assumindo essa função, mas a gente percebe que assumem o magistério se voltam mais para as séries finais do Ensino Fundamental e Médio, as disciplinas específicas, no Ensino Infantil é mais difícil, mas eu creio que isso seja por conta da tradição, da cultura brasileira, e também do machismo da sociedade, pois às vezes o filho até quer ser professor, mas o pai tira as forças dele dizendo que é uma área para mulher”* (Entrevista realizada em 08/05/2019).

Considerando tais argumentos sobre a forma como foi sendo construída essa comparação entre o cuidar/educar da mãe com a função de professora, percebemos como os resquícios de uma educação do passado, ainda estão sendo reproduzidos “naturalmente” pela escola, por meio de discursos que demonstram um conformismo ideológico, em que os indivíduos sujeitam-se a uma conjuntura social mais aceitável (LOURO, 2008, p. 95-96), a fim de evitar possíveis conflitos entre pais e responsáveis, em virtude das resistências socioculturais presentes em muitas famílias conservadoras sob a figura do homem/professor.

Questão que se expressa veemente quando eles opinam sobre homens ensinarem e cuidarem de crianças, visto que cada família possui sua particularidade, podendo ou não

divergirem umas das outras, o que torna Karine receosa quanto a contratação de um homem para o trabalho com crianças da Educação Infantil, por isso ela acredita que seria necessário realizar um debate mais específico sobre este assunto com os pais dos alunos, buscando fazer com que eles compreendam a função de professor, para além do caráter maternal, pois o que realmente implica na promoção de um processo de ensino-aprendizagem significativo é a formação e capacitação do profissional (CAMPOS, 2006, p. 81).

*“Se são profissionais que se qualificaram, não vejo porque não, mas que há uma resistência enquanto família receber isso, vai haver. Por isso, se nós quiséssemos contratar um professor homem para a área de Educação Infantil e séries iniciais do Ensino Fundamental, nós teríamos que ter toda uma preparação junto com os pais para falar de uma realidade profissional, independente do sexo, porque com certeza teremos uma resistência muito grande. Mas acredito que com o cenário que temos hoje, (presença de homens nas séries finais do Ensino Fundamental) existe a possibilidade de termos homens atuando na Educação Infantil”* (Entrevista realizada em 06/05/2019).

*“Homens ensinando crianças, considero uma questão bem interessante, mas vão surgir muitas dificuldades, pois os pais ficam um pouco receosos com a presença do homem, porque na Educação Infantil temos a questão do asseio da criança, e isso faz com que eles não se sintam bem quanto a figura do homem nesse momento, eles não compreendem que existem auxiliares que podem estar ajudando o professor nessa função, por isso, acredito que os pais precisam conhecer melhor a escola, a metodologia utilizada, as práticas dos professores, para então, fazer qualquer que seja os questionamos sobre essa questão”* (Entrevista realizada em 08/05/2019).

Tendo como enfoque essa predominância da mulher na função de professor, cabe falarmos a respeito da forma como os preconceitos poderiam vir a influenciar no momento da contratação de um sujeito homem no contexto de uma escola particular, visto que o outro gestor possui vínculo com uma escola pública, na qual preenche-se vagas através de concursos. Sendo assim, a diretora dialoga dizendo que a primeira resistência surgiu em seu casamento, pois seu esposo tinha concepções que o faziam discordar da figura masculina em um espaço demandado por mulheres.

Ela acrescenta relando uma das especulações de seu esposo, dizendo: *Minha filha, você vai contratar homens para dar aula? Você diretora, mulher, mãe, esposa, você vai lidar com profissionais homens?* Algo que a fez não hesitar no que diz respeito a contratação desses profissionais, buscando desta forma se posicionar contra um pensamento machista que a via sem capacidade para articular com o sexo oposto. Como resposta, ela afirma:

*“Vou contratar sim, irei lidar com profissionais homens, sim! Pois são pessoas que nós estamos avaliando como bons profissionais. Então, nossa escola não deixará de ter um excelente profissional, porque você meu esposo, não quer que nós mulheres lidem com profissionais homens”* (Entrevista realizada em 06/05/2019).

Uma outra característica a ser acrescida sobre esse debate, é a carência de profissionais homens para o ensino de crianças na Educação Infantil, pois muitos almejam em suas perspectivas pessoais, espaços como a coordenação e orientação pedagógica, em detrimento da docência (FEIJÓ; MACEDO, 2012), o que não deixa de ser uma das consequências advindas das discriminações e preconceitos vinculados ao gênero masculino em exercício de uma profissão majoritariamente feminina. Em relação a tais preconceitos, esclarece:

*“Nós quanto gestores, analisamos perfil profissional, o que se vai ter de discriminação e preconceito advém da família, acho que nem do corpo docente viria essa resistência, pois somos todos da área educacional, acho que não teríamos resistência também de pais que fossem da área, mas enquanto sociedade machista e preconceituosa, eu acho que nós enfrentaríamos até problemas, uma resistência muito grande, principalmente na Educação Infantil, pois os pais ainda enxergam a professora como a segunda mãe de seus filhos. Mas assim, eu quanto gestora, não enxergo essa diferenciação, tanto que quando precisei contratar professores para as séries finais do Ensino Fundamental, nós tivemos currículos de homens/mulheres, onde ambos se destacaram independente de sexo”* (Entrevista realizada em 06/05/2019).

Pressupostos, que nos levam a questionar se há diferenças entre a prática docente masculina e feminina, a partir do qual ambos os gestores mencionam não perceber diferenças no que diz respeito à criatividade, à firmeza, a forma com que ambos conseguem atrair a atenção do aluno, dentre outros aspectos, o que se percebe de diferença é apenas o tom de voz (homem/voz grave, mulher/voz aguda), algo que caracteriza-se por fatores biológicos, mas que não interferem de forma alguma na prática docente, e nem colocam um sexo em desvantagem do outro.

*“A formação inicial e continuada é que vai influenciar a prática de professores, se o homem possui o mesmo interesse que à mulher em se aprofundar, dar continuidade aos estudos na área da educação, ele terá sim, a capacidade de desenvolver um bom trabalho, pois conheço muitos colegas de trabalho com histórias de vida interessante, que possuem uma criatividade incrível... eu vejo assim, pela questão da formação, e não do gênero feminino/masculino”* (Entrevista realizada em 08/05/2019).

Sendo assim, questiono-os acerca dos impasses a serem superados com relação a inserção do sujeito homem na docência infantil, e eles retomam a discussão sobre resistência/preconceitos familiar e destacam isso, como uma das maiores dificuldades, que para serem superadas, julgam ser necessário um trabalho constante, pois na escola existem variedades de pensamentos, criações, inclusive aqueles em que acreditam ser esse o lugar da mulher.

Inferências que nos convém discorrermos com relação a esta nova conjuntura social, por meio da qual os indivíduos vêm sendo elucidados sobre as imposições de papéis de gênero

na sociedade, buscando deste modo, romper paradigmas que por anos restringiram a esfera do privado à mulher, enquanto que o homem era alocado às funções públicas, a fim de conquistar suas perspectivas pessoais e profissionais, independente do sexo (MEDRADO, 1998).

No tocante a essas mudanças, os entrevistados argumentaram sobre a forma como as relações de gênero têm se estruturado dentro de um contexto familiar, onde mulheres têm conquistado, para além de espaços na esfera pública, o respeito que lhes é devido. Assim, como uma parte significativa de homens têm entendido seu contributo na esfera do lar, mantendo, portanto, uma relação de iguais, em que ambos sejam capazes de considerar a importância do outro frente às demandas sociais. Quanto a isso, eles realçam dizendo:

*“Hoje a gente enxerga mulheres e homens indo à luta, e isso é de suma importância para a sociedade e a família, pois a partir dessa prática em que a mulher trabalha fora de casa, e o homem trabalha dentro do lar ou vice-versa, estaremos lutando juntos na criação de cidadãos melhores, porque eles vão ter exemplos dentro de casa, não apenas fora, citado, explicado, mas vivido, pois se a criança convive com pais que dividem suas obrigações dentro de casa, que estimulam seus filhos para contribuir na arrumação dos brinquedos, tirar o prato da mesa, etc., estaremos compartilhando um pensamento diferente daquele em que só a mulher deveria fazer as tarefas da casa, enquanto que o homem era o provedor do sustento da família”* (Entrevista realizada em 06/05/2019).

*“A mulher vem ocupando um espaço maior na sociedade, algo que ocasionou uma mudança radical na sociedade, pois o que era fadado à mulher eram as tarefas do lar, enquanto que o homem era o provedor da família, aspectos que começaram a mudar a partir da década de 70, e com isso veio também o controle de natalidade, a mulher hoje decide se quer ser mãe ou não, o número de filhos por mulher também diminuiu, ela começa a perceber que não era seu papel ficar somente dentro de casa, cuidando das crianças e da casa, ela quis ser uma pessoa independente, que pudesse trabalhar, realizar seus sonhos e etc. Quanto ao homem ajudando nas tarefas do lar, eu acredito ser muito importante, pois somos iguais, e devemos quanto família exercer tarefas de igual modo, ajudando uns aos outros, não tenho nada contra, apesar do machismo que ainda vemos com relação a isso”* (Entrevista realizada em 08/05/2019).

O que nos leva a ponderar acerca da importância de uma educação que contribua para a desmitificação de estereótipos de gênero desde à infância, no sentido de desconstruir ideias machistas que foram sendo perpetuadas de geração a geração, incidindo de forma preconceituosa e discriminatória sobre a conduta de meninos/meninas, orientando-os a um padrão social que os subestima com base em suas aptidões físicas, estímulos biológicos e órgãos sexuais, conduzindo-os a um modelo hegemônico de masculinidade e feminilidade . (MORENO, 1999, p. 30).

*“O que tem que ser feito é realmente isso, desmitificar, acabar com a ideia de que menina tem que brincar com boneca e menino com carrinho, e caso o menino queira brincar com boneca, já se acha que ele não vai ser homem. Isso são mitos, pois existe todo um tempo durante os estágios de desenvolvimento da criança, para que ela venha*

*formar suas escolhas sexuais, condutas e profissões”* (Entrevista realizada em 08/05/2019).

*“O maior problema de nossa sociedade é o fato de acharmos que a forma certa de ensinarmos nossos filhos, é aquela pelo qual fomos ensinados. E as coisas não funcionam assim... sabemos que a falta de informação, é que tem feito muitas pessoas pensarem dessa forma, e portanto, preferem continuar como estão, ao invés de desmitificar seus conceitos sobre algo, aí acabamos educando nossos filhos de uma forma errada, pois se nos foi passado uma visão machista, passarei a meu filho também, e assim, sucessivamente. Por isso, precisamos ter uma visão ampla, para além da forma com que os nossos pais nos direcionaram, pois é na infância que a criança aprende a respeitar a diferença do outro, assim como aprende ser educado com as pessoas, ou seja, a infância é a base para a formação de cidadãos melhores”* (Entrevista realizada em 06/05/2019).

Compreendemos, portanto, a importância de nós quanto profissionais da educação, responsáveis também por essa formação ética e social da criança, juntamente com a família, desenvolvemos ações que visem o debate de gênero e sexualidade na escola, como sugere Colling (2004), com o intuito de esclarecer inúmeras interrogações que circundam a mentalidade de alunos (as), caracterizando-se muitas das vezes de forma preconceituosa, negando a si mesmo e ao outro.

*Pois, a partir do momento que o professor prioriza uma educação sexista, ele estará contribuindo para que no futuro seu aluno seja uma pessoa homofóbica e discriminatória quanto as questões de gênero, sexualidade, raça/cor, classe econômica, dentro outros aspectos”* (Entrevista realizada em 08/05/2019).

Da mesma forma que desvela assuntos intrínsecos à temática, mas que pouco são mencionados no âmbito educacional, como o direito de homens/mulheres/LGBT, relacionamentos, machismo, feminicídio, homofobia, aborto, abuso sexual, assédio, gravidez, doenças sexualmente transmissíveis, métodos contraceptivos, dentre outros, buscando deste modo, elucidar meninos/meninas ao entendimento amplo de sua realidade.

*“Atualmente, com todo esse aparato tecnológico, nossos jovens têm absorvido muitas informações, mas temos que ver, que nem tudo que se fala é a verdade, existem informações na internet, carregadas de preconceito, e nós quanto profissionais da educação precisamos orientá-los a uma reflexão crítica daquilo que ensina/aprende, seja fora ou no interior da escola, além de conduzi-los ao conhecimento, aceitação e respeito de si e do outro, seja qual for a sua sexualidade, pois a gente vive em um mundo muito hipócrita, onde o menino que fica com várias garotas é considerado o garanhão, macho viril, enquanto que se a menina assim o fizer, passa ser vista como uma vadia, mundo onde as pessoas querem respeito, mas xingam umas às outras por brincadeira”* (Entrevista realizada em 06/05/2019).

Sendo assim, infere-se que por mais que não sejam realizados projetos e/ou ações que trabalhem um tema em específico, torna-se crucial observamos as situações-conflito existentes no cotidiano da escola, a fim de propor medidas que oportunizem aos alunos(as) a compreensão

do respeito mútuo e sua importância no desenvolvimento de uma relação saudável para com seus semelhantes, em decorrências dos variados casos em que as crianças acabam expressando discursos, condutas e/ou atitudes que demonstram todo um direcionamento sociocultural que foi sendo construído durante sua interação com o meio, para que em dado momento ela viesse externar concepções preconceituosas. Acerca disso, segue o seguinte relato:

*“Nós vivenciamos uma situação em que uma de nossas crianças começou a apelidar sua amiga com estereótipos de feia/chata, mas por serem muito amigas ela revidava com o mesmo apelido e sorria, como se tivessem brincando um com o outro. Porém, em um dado momento aquela “brincadeira” começou a ofendê-la e como forma de denúncia, ela me mandou uma carta anônima, sugerindo que poderíamos ter mais trabalhos sobre Bullying na escola, palestras que incentivassem o respeito (Eu acabei reconhecendo de quem se tratava a carta, através da letra da criança). Então, eu resolvi chamar um aluno de cada vez, pois a carta foi muito direcionada, para evitar que todos soubessem de quem se tratava, a partir daí eu comecei a perguntar sobre como estava a turma, pois na carta dizia: precisamos de ajuda, toda a escola precisa de ajuda! Eu preciso que você me ouça! Portanto, estava explícito ali um pedido de socorro, aí quando chegou a vez dela, ela disse que estava tudo bem, mas não demorou muito para indagar sobre a carta e começar a chorar me contando toda a situação que ocorria entre amigos, dentro da sala de aula. (Ela disse que sorria, entrava na brincadeira apelidando também, mas quando chegava em casa ela chorava dentro do banheiro), logo, tive que conversar com os tais amigos, eles se desculparam, pois não imaginavam que uma simples brincadeira estava ofendendo uma amiga que tanto amavam. Em seguida, tive que conversar com os responsáveis dessa aluna, e encaminhá-la para um atendimento psicológico” (Entrevista realizada em 06/05/2019).*

Contexto que pressupõe a necessidade de a escola problematizar os fatores pelos quais têm contribuído com a perpetuação das estereotípias, com a finalidade de desenvolver estratégias pedagógicas que estimulem a participação ativa do aluno em seu processo ensino-aprendizagem, contrapondo-se a qualquer que sejam as formas sexistas de educação, sugerindo ações que favoreçam significativamente a convivência e o respeito recíproco entre alunos/alunas, professores/professoras, bem como toda comunidade escolar (NOGUEIRA, 2011, p. 24 *apud* VEIRA, 2013).

## CONCLUSÃO

A presença de professores/homens na docência com crianças pequenas se deu em decorrência de um conjunto de mudanças ocorridas nas últimas décadas no âmbito educacional, especificamente com relação a educação básica, no qual foram instituídas leis que promoveram maior visibilidade à Educação Infantil, oportunizando a abertura de concursos públicos que legitimassem a carreira profissional desses sujeitos sem distinção de gênero.

Perspectiva, que denota uma mudança de consciência dos indivíduos sociais no que diz respeito aos inúmeros estereótipos de gênero que foram sendo vinculados ao magistério desde o século XX, com base em um discurso pautado na vocação da mulher para esta função, uma vez que à ela eram condicionadas tarefas como cuidar da casa e dos filhos, aspectos que conferiram à profissão docente um caráter de extensão das atividades domésticas, destinando ao homem espaços culturalmente associados à vivência masculina, como os cargos de gestão escolar.

Fatores que evidenciaram a necessidade de compreendermos a forma como foram sendo construídas as concepções de gênero em nossa sociedade, de modo a contribuir para um repensar da masculinidade e feminilidade hegemônica, que enquadra homens e mulheres a um modelo universal, por meio do qual ambos são conduzidos a um padrão sociocultural que determina suas perspectivas pessoais e profissionais de acordo com o sexo.

Lançando, deste modo, um novo parecer sobre o sujeito da docência e seu lugar social, problematizando aspectos que se relacionam com os enfoques de gênero, buscando assim, subsídios capazes de nos orientar sobre a necessidade de considerar o caráter relacional tanto do homem/professor quanto da mulher/professora na educação, entendendo que ambos podem contribuir da sua maneira para o processo de ensino-aprendizagem, conferindo-os o direito de ocupar lugares/posições/funções conforme suas perspectivas profissionais, independente de um sexo ou de outro.

Sendo assim, foram instituídos debates acerca da construção das masculinidades, visando politizar atribuições que inferem ao homem, conceitos patriarcais e normativo que o inibem de ocupar espaços historicamente conferidos às mulheres, como é o caso da Educação Infantil, gerando, pois, desigualdades que até então vem definindo o que é ser homem/mulher, professor/professora na sociedade.

Apontando, sobretudo para a importância da desconstrução de paradigmas e estereótipos relacionados ao professor/homem que trabalha com crianças pequenas, a fim de

que tanto os sujeitos que já atuam na área, como àqueles que estão se formando, possam ser tratados com equidade e respeito diante do mercado de trabalho.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, J. S. **Mulher e educação: a paixão pelo possível**. São Paulo: Editora Unesp, 1998.
- ALMEIDA, M. V. **Senhores de si: uma interpretação antropológica da masculinidade**. 2. ed. Lisboa: Fim de século, 2000.
- ARAÚJO, A. J. da S. **Reestruturação Produtiva: Mudanças e Permanências**. **Revista Conceitos**: Associação dos Docentes da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, v. 5, n. 8, julh/dez 2002.
- BADINTER, E. XY: sobre a identidade masculina. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1993.
- BRAGA, M. M.; PEIXOTO, M. do C. L.; BOGUTCHI, T. F. Tendências da demanda pelo ensino superior: estudo de caso da UFMG. **Cadernos de pesquisa**, São Paulo, n.113, p.129-152, jul. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n113/a07n113.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2019.
- BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. *In*: Ministério da Educação (MEC) **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: [www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br). Acesso em: 23 abr. 2019.
- BOCK, S. D. **Orientação profissional: a abordagem sócio-histórica**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- BURIN, M.; MELER, I. Género: uma herramienta teórica para el estudio de la subjetividade masculina. *In*: BURIN, M. MELER, I. **Varones: género y subjetividade masculina**. Buenos Aires: Paidós, 2000, p. 123-147.
- BUTLER, J. Variações sobre sexo e gênero: Beauvoir Wittig e Foucault. *In*: S. BENHABIB; D. CORNEL (coord.). **Feminismo como crítica da modernidade**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1987, p. 139-154.
- CAMPOS, M. C. S. de S.; SILVA, V. L. G. da (orgs.) Feminização do magistério: vestígios do passado que marcam o presente. *In*: CAMPOS, M. C. S. de S.; SILVA, V. L. G. da (orgs.) **Formação do corpo docente e valores na sociedade brasileira: a feminização da profissão**. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.
- CAMPOS, M. M.; COELHO, R. de C.; CRUZ, S. H. V. **Consulta sobre qualidade da educação infantil: relatório técnico final**. São Paulo: FCC/DPE, v. 26, 2006, p. 87.
- CARRIERI, A. de P. Masculinidade Contemporânea: representações da masculinidade na ótica de homens e mulheres executivos. **Projeto de Pesquisa na Área de Ciências Sociais Aplicadas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico**. Belo Horizonte, 2008.
- CECCARELLI, P. R. A construção da masculinidade. **Percurso**. São Paulo, v. 19, p. 49-56, 1998.

CECCHETTO, F. R. **Violência e estilos de masculinidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

COLLING, A. A construção histórica do feminino e do masculino. *In*: STREY, M.; NEVES, C.; LISBOA, S. T.; PREHN, D. R. (org.) **Gênero e cultura: questões contemporâneas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

CONNEL, R. W. Políticas da Masculinidade. **Revista Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 02, p. 185-206, jul./dez. 1995.

CORSI, J. et al. **Violência masculina en la pareja: una aproximación al diagnóstico y a los modelos de intervención**. Buenos Aires: Paidós, 2002.

DAVIS, N. Z. Women's History in Transition: The European Case. **Feminist Studies**, v. 3, p. 90, 1975.

DURANT, W. **A filosofia de Schopenhauer**. Rio de Janeiro: Tecnoprint, [19--].

ECCEL, C. S.; GRISCI, C. L. I. Trabalho e gênero: a produção de masculinidade na perspectiva de homens e mulheres. **Cadernos EBAPE**. Rio de Janeiro, v. 9, n. 01, Mar. 2011.

FERREIRA, J. L. **Homens ensinando as crianças: continuidade-descontinuidade das relações de gênero na escola rural**. 2008. Tese. (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008.

FERREIRA, V. & TAVARES, T. Contributos para um novo contrato didático. *In*: CASTRO, I. & PALHA, L. (orgs.) **Coeducação: do princípio ao desenvolvimento de uma prática**. [Coleção Coeducação]. **Actas do Seminário Internacional**. Lisboa: CIDM, 1999, p. 39-54.

FEIJÓ, M. R.; MACEDO, R. M. **Gênero, cultura e rede social: a construção social da desigualdade por meio da linguagem**. Nova Perspectiva Sistêmica, Rio de Janeiro, n.44, p.21-34, 2012.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

GARCIA, S. M. Conhecer os homens a partir do gênero e para além do gênero. *In*: ARILHA, M.; RIDENTI, S. G. U.; MEDRADO, B. (org) **Homens e masculinidades: outras palavras**. São Paulo: Eccos/Editora 34, 1998, p. 31-50.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2003.

GOMES, R., NASCIMENTO, E. F., REBELLO, L. E. F. S. As representações da masculinidade e o ser homem. **Fazendo gênero 8 – Corpo, violência e poder**. Florianópolis, ago. 2008. Disponível em: <http://www.fazendogenero8.com.br>. Acesso em: 23 abr. 2019.

GONÇALVES, E. P. **Iniciação à pesquisa científica**. São Paulo: Editora Alínea, 2001.

HARAWAY, D. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, São Paulo, n. 5, p. 7-41, 1995.

KIMMEL, M. Homofobia, temor, vergüenza y silencio em la identidad masculina. *In*: VALDÉS, T. OLIVARIA, J. (ed.) **Masculinidade/s: poder y crisis**. Santiago: FLACSO/Isis: Editora de las mujeres, 1997, p. 49-62.

LYRA, J. MEDRADO, B. Gênero e paternidade nas pesquisas demográficas: o viés científico. **Estudos Feministas**, v.1, p. 145-158, 2000.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 6. Editora Petrópolis: Vozes, 1997.

LOURO, G. L.; FELIPE, J.; GOELLNER, S. V. (Org.). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

LOURO, G. L. Currículo, gênero e sexualidade – O “normal”, o “diferente” e o “excêntrico”. *In*: LOURO, G. L.; FELIPE, J.; GOELLNER, S. V. (Org.). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 41-52.

MACHADO, C. J. dos S.; SANTIAGO, I. M. F. L.; NUNES, M. L. da S. (orgs). Gênero e práticas culturais: desafios históricos e saberes interdisciplinares [recurso eletrônico]. *In*: JÚNIOR, D. M. de A. **Máquina de fazer machos: gênero e práticas culturais, desafio para o encontro das diferenças**. Campina Grande: EDUEPB, 2010, cap. 1, p. 23-34. *E-book*. ISBN 978-85-7879-119-3. Disponível em: <http://books.scielo.org>. Acesso em: 28. Jan. 2018.

MADUREIRA, A. F. do A.; BRANCO, A. U. Identidades sexuais não-hegemônicas: processos identitários e estratégias para lidar com o preconceito. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 23, n. 01, p. 81-90, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v23n1/a10v23n1.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2010.

MATTOS, M. Teorias de Gênero ou Teorias e Gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 333-357, maio/ago. 2008.

MAU, W-C.; HITCHCOCH, R. & CALVERT, C. Hith school student's career plans: the influence of others' expectation. **Professional School Counselling**, v. 2, n. 2, 1998, p. 161-169.

MARTINS, L. M. **O desenvolvimento do psiquismo e a educação escolar: contribuições à luz da psicologia histórico cultural e da pedagogia histórico-crítica**. 2011. 249f. Tese (Livre-Docência em Psicologia) – Faculdade de Ciências, Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2011.

MEDRADO, B.; LYRA, J. Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 16, p. 809-840, set./dez. 2008.

MEDRADO, B. Homens na arena do cuidado infantil: imagens veiculadas pela mídia. *In*: ARILHA, M.; RIDENTI, S. G. U.; MEDRADO, B. (Org.) **Homens e masculinidades: outras palavras**. São Paulo: Eccos/Editora 34, 1998, p. 145-161.

MELO, M. C. M. **Gênero e universidade:** a presença da mulher aluna nos cursos do Centro de Ciências Exatas e Tecnologia da Universidade Federal do Maranhão. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2013. Disponível em: [http://www.tedebc.ufma.br/tde\\_arquivos/11/TDE-2014-01-16T103704Z835/Publico/DISSE RTACAO%20MARIA%20CELIA.pdf](http://www.tedebc.ufma.br/tde_arquivos/11/TDE-2014-01-16T103704Z835/Publico/DISSE RTACAO%20MARIA%20CELIA.pdf). Acesso em: 23 abr. 2019.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento.** 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

MUSZKAT, E. M. O homem subjugado: o dilema das masculinidades no mundo contemporâneo. *In:* MUSZKAT, E. M. **Falando de Gênero.** São Paulo: Summus, 2018, cap. 1, p. 17-28. *E-book.* ISBN 978-85-323-1094. Disponível em: <http://www.summus.com.br>. Acesso em: 28 fev. 2019.

MUSZKAT, E. M. O homem subjugado: o dilema das masculinidades no mundo contemporâneo. *In:* MUSZKAT, E. M. **Atribuindo papéis sociais.** São Paulo: Summus, 2018, cap. 2, p. 28-34. *E-book.* ISBN 978-85-323-1094. Disponível em: <http://www.summus.com.br>. Acesso em: 28 fev. 2019.

MUSZKAT, E. M. O homem subjugado: o dilema das masculinidades no mundo contemporâneo. *In:* MUSZKAT, E. M. **Como transformar ternos bebês tem adultos atormentados.** São Paulo: Summus, 2018, cap. 3, p. 34-44. *E-book.* ISBN 978-85-323-1094. Disponível em: <http://www.summus.com.br>. Acesso em: 28 fev. 2019.

MORENO, M. **Como se ensina a ser menina:** o sexismo na escola. São Paulo: Editora da Unicamp/Editora Moderna, 1999.

NICHOLSON, L. Interpretando o gênero. *Revistas de Estudos Feministas*, Florianópolis, v.8, n. 2, p. 1-33, 2000.

NOGUEIRA, C. Feminismo e discurso do gênero na psicologia social. **Psicologia & Sociedade.** V. 13, n.1, 2001, p. 107-128.

NOLASCO, S. Um “Homem de verdade”. *In:* CALDAS, D. (org.) **Homens:** comportamento, sexualidade, mudança. São Paulo: Editora SENAC, 1997. p. 13-29.

PAIM, M. C.C.; SREY, M. N. Corpos em metamorfose: um breve olhar sobre os corpos na história, e novas configurações de corpos na atualidade. **Lectures:** EF y Deportes 10, v. 79, 2004. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd79/corpos.htm>. Acesso em: 23 abr. 2019.

PEREIRA, M. A. B. **Professor homem:** o estrangeiro na educação infantil. Curitiba: Editora Appris, 2016.

PINTO, A. D. MENEGHEL, S. N. MARQUES, A. P. M. K. Acorda, Raimundo! Homens discutindo violências e masculinidades. **Psico**, v. 38, n. 3, p. 238-245, set./dez. 2007.

RABELO, A. O.; PEREIRA, G. R.; REIS, M. A. de S. (orgs.) Formação docente em gênero e sexualidade: entrelaçando teorias, políticas e práticas. *In:* VIEIRA, C. M. C. **Crescer sem**

**discriminações:** prescrutando e combatendo estereotípias de gênero nas práticas familiares e escolares. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2013.

SAFFIOTI, H.I. B. Rearticulando gênero e classe social. *In:* OLVEIRA, A.; BRUSCINI, C. (Org.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos/Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 183-215.

SAYÃO, T. D. **Relações de gênero e trabalho docente na Educação Infantil:** um estudo de professores em creches. 2005. Tese de (Doutorado) Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Florianópolis, 2005.

SANTOS, L. M. O papel da família e dos pares na escolha profissional. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v.10, n.1, p.57-66, jan./abr. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pe/v10n1/v10n1a07.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2015.

SILVA, T. T. (org.). A produção social da identidade e da diferença. *In:*\_\_\_\_. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 2006, p. 73-102.

SILVA, V. L. G. da. Profissão: Professora! *In:* CAMPOS, M. C. S. de S.; SILVA, V. L. G. da (orgs.) **Feminização do magistério:** vestígios do passado que marcam o presente. Bragança Paulista: EDUSF, 2002, p. 95-121.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n.2, p. 5-22, jul./dez. 1995.

SCHOTT, R. **Eros e os processos cognitivos:** uma crítica da objetividade em filosofia. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1996.

SOUZA, M. C. R. F de. Gênero e Matemática(s): jogos de verdades nas práticas de numeramento de alunas e alunos da educação de pessoas jovens e adultos. 2008. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008. *In:* SOUZA, M. C. R. F. de. FONSECA, M. da C. F. R. Conceito de Gênero e Educação Matemática: Bolema. **Boletim de Educação Matemática Rio Claro**, São Paulo, nº. 33, 2009, p. 29-45.

STREY, M. N. Ser sujeito ou ser o outro? Algumas reflexões históricas. *In:* STREY, M.N; CABEDA, S. T. L.; PREHN, D. R. (Org.) **Gênero e cultura:** questões contemporâneas. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. *E-book*.

STREY, M. N.; MÜHLEN, B. K.; KOHN, K. C. (org.). Caminhos de homens: gênero e movimentos. *In:* SEFFNER, F.; GUERRA, O. U. **Nem tão velhas, nem tão alternativas, nem tão tradicionais, nem tão diversas, mas nem por isso menos importantes: uma reflexão sobre a produção de “novas masculinidades” na contemporaneidade**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014. *E-book*. ISBN 978-85-397-0499-6. Disponível em: <http://www.pucrs.br/edipucrs>. Acesso em: 15 mar. 2019.

STREY, M. N.; MÜHLEN, B. K.; KOHN, K. C. (org.). Caminhos de homens: gênero e movimentos. *In:* RIBEIRO, C. R. **O corpo masculino nos discursos de homens e da revista Men's Health**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014. *E-book*. ISBN 978-85-397-0499-6. Disponível em: <http://www.pucrs.br/edipucrs>. Acesso em: 15 mar. 2019.

STREY, M. N.; MÜHLEN, B. K.; KOHN, K. C. (org.). Caminhos de homens: gênero e movimentos. *In*: KOHN, K. C. **Super-homens? As masculinidades entram em cena**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014. *E-book*. ISBN 978-85-397-0499-6. Disponível em: <http://www.pucrs.br/edipucrs>. Acesso em: 15 mar. 2019.

VIANNA, C. P. Sexo e gênero: masculino e feminino na qualidade da educação escolar. Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas. São Paulo, Summus, 1997, p. 119-130. *In*: CAMPOS, M. C. S. de S.; SILVA, V. L.G. da (orgs.) **Contribuições do conceito de gênero para a análise da feminização do magistério no Brasil**. Bragança Paulista: EDUSF, 2002, p. 39-67.

WHITAKER, D. C. A. Menino-menina: sexo ou gênero? Alguns aspectos cruciais. *In*: BINO, R. V.; GRANDE, M. A. R. L. (Org.). **A escola e seus alunos: o problema da diversidade cultural**. São Paulo: Editora da UNESP, 1995. p. 31-52.

## APÊNDICE A

### ROTEIRO DE ENTREVISTA DIRECIONADO AOS PROFESSORES

#### Dados de Identificação

Nome:

Idade:

Raça/cor

Endereço:

Formação acadêmica/instituição:

Instituição no qual trabalha:

Bairro onde está localizada:

Tempo de atuação:

#### ASPECTOS REFERENTES A PRÁTICA COTIDIANA DO EDUCADOR

1. A profissão de professor estava em seus planos de atuação profissional? O que motivou você a optar pela docência, em especial, pela Educação Infantil?
2. Você sofre ou já sofreu discriminações e preconceitos por trabalhar como professor de crianças? (Posição da família, amigos, escola, etc.) Para você o que contribui para a perpetuação desses preconceitos?
3. Você identifica algum problema pelo fato de ser homem atuando com educação infantil? Quais?
4. Como você contorna as dificuldades provenientes das representações sociais vinculadas ao gênero masculino no exercício de sua profissão?
5. Como foi sua primeira experiência profissional na educação infantil sendo homem?
6. Como a escola enfrentou este momento? Você foi bem aceito?
7. Foram colocados limites com relação ao seu trabalho com as crianças?
8. Foi exigido a você um determinado perfil de professor?
9. Você se sente monitorado ou vigiado pela escola no desenvolvimento do seu trabalho? Seu trabalho é constantemente monitorado, se comparado ao das professoras?
10. Você já presenciou descontentamentos advindo dos pais de seus alunos com relação a sua função de professor da educação infantil?
11. O que você fez para conquistar a confiança desses pais?
12. Quanto as crianças, elas se adaptaram à sua presença em sala de aula normalmente ou demonstraram estranhamento?

13. Como você descreve seu relacionamento com as crianças (meninos e meninas) da turma no qual trabalha?
14. Como você avalia a experiência de trabalhar em um ambiente em que maior parte do quadro de funcionários são mulheres?
15. Como você descreve seu relacionamento com as professoras?
16. Como os demais funcionários da equipe escolar o veem? Eles expressam curiosidade sobre sua escolha profissional?
17. Você gosta da sua profissão? Pretende permanecer como professor ou almeja outras posições?
18. Fale a respeito de como você se observa/avalia sendo professor de crianças.

### **AS IMPLICAÇÕES DAS DIFERENÇAS DE GÊNERO NA PRÁTICA DOCENTE**

19. Como você analisa as funções/posições/lugares atribuídos aos homens e as mulheres na sociedade?
20. A que fatores você atribui a predominância do gênero feminino na docência?
21. De que forma as diferenças atribuídas socialmente ao gênero masculino implicam no exercício da docência com crianças pequenas?
22. A concepção pautada na competência da mulher na docência da educação infantil prejudica sua inserção neste campo de atuação?
23. Qual sua opinião sobre homens ensinarem crianças?
24. Existem situações-problemas em que as professoras são mais solicitadas do que os professores para o cuidado com as crianças? Exemplifique.
25. Você considera que o gênero influencia na prática docente? (Se a resposta for sim) Em quais aspectos?
26. Há impasses a serem superados com relação a atuação do homem na educação Infantil?
27. Como você analisa as mudanças ocorridas em torno dos gêneros, onde a mulher adquire espaço na esfera pública, da mesma forma que o homem adentra a esfera do privado, interferindo, desta forma, na escolha profissional dos sujeitos?

### **SOBRE A DESCONSTRUÇÃO DE PRÁTICAS SEXISTAS NA ESCOLA**

1. Em vista dessas consequências, qual importância em discutir gênero e sexualidade na escola?
2. Qual sua opinião sobre desmitificarmos determinados estereótipos desde a infância? (Seja com relação a profissão de professor; seja sobre os lugares do homem/mulher em sociedade; seja com relação ao “diferente”; bem como comportamentos e posturas “adequadas” de acordo com o gênero).

3. Em sua opinião, como a escola pode contribuir para a desconstrução das desigualdades em torno do gênero?
4. O que a escola onde você trabalha, tem realizado em termos de avanços com relação a equidade de gênero?
5. Ao longo de sua formação inicial (graduação) você teve contato com as temáticas de gênero e sexualidade?
6. Em algum momento de sua profissão, você recebeu formação continuada sobre como trabalhar as questões de gênero na Educação Infantil?
7. Você trabalha ou já trabalhou temáticas de gênero no desenvolvimento de suas aulas? (Discutindo os papéis sociais de homens/mulheres por meio do diálogo, brincadeiras, histórias infantis, cores, convívio entre meninos/meninas, etc.).
8. Quais estratégias você utilizou para alcançar seus objetivos?
9. Quais dificuldades você encontrou para a efetivação de sua proposta?
10. Já houveram situações em que as crianças expressaram algum tipo de preconceito com o “diferente”? Como você lidou com isso? O que você sugere para contornar esse tipo de situação?

## APÊNDICE B

### ROTEIRO DE ENTREVISTA DIRECIONADO AOS GESTORES

#### Dados de Identificação

**Nome:**

**Idade:**

**Raça/cor**

**Endereço:**

**Formação acadêmica/instituição:**

**Instituição no qual trabalha:**

**Bairro onde está localizada:**

**Tempo de atuação:**

1. Como você analisa as funções/posições/lugares atribuídos aos homens e as mulheres na sociedade?
2. A que fatores você atribui a predominância do gênero feminino na docência da Educação Infantil?
3. Qual sua opinião sobre homens ensinarem e cuidarem de crianças?
4. De que forma as discriminações e preconceitos em torno do homem no contexto da Educação Infantil, pode vir a influenciar no momento de sua contratação como professor?
5. Você considera a prática docente masculina diferenciada da feminina? (Se a resposta for sim) Em quais aspectos?
6. Quais os maiores impasses a serem superados com relação a atuação do homem na educação Infantil?
7. O que precisa ser feito para que esses sujeitos (homens) possam ser vistos pela sociedade com um novo olhar, inclusive pelos pais das crianças, a fim de inseri-los cada vez mais no âmbito das salas de aulas?
8. Como você analisa as mudanças ocorridas em torno dos gêneros, onde a mulher adquire espaço na esfera pública, da mesma forma que o homem adentra a esfera do privado, interferindo, desta forma, na escolha profissional dos sujeitos?
9. Qual sua opinião sobre desmitificarmos determinados estereótipos desde a infância? (Seja com relação a profissão de professor; seja sobre os lugares do homem/mulher em

sociedade; seja com relação ao “diferente”; bem como comportamentos e posturas “adequadas” de acordo com o gênero).

- 10.** Quais as possíveis consequências que uma educação sexista pode trazer aos educandos no decorrer do seu desenvolvimento?
- 11.** Em vista dessas consequências, qual importância em discutir gênero e sexualidade na escola?
- 12.** Em sua opinião, como a escola pode contribuir para a desconstrução das desigualdades em torno do gênero?

## APÊNDICE C

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE CASTANHAL  
FACULDADE DE PEDAGOGIA

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Eu \_\_\_\_\_,  
Nacionalidade: \_\_\_\_\_, Idade: \_\_\_\_\_ anos, Estado Civil: \_\_\_\_\_,  
Profissão: \_\_\_\_\_, Endereço: \_\_\_\_\_,  
RG: \_\_\_\_\_, estou sendo convidado (a) a participar de um estudo denominado  
**“Implicações decorrentes das diferenças de gênero para a prática de professores do sexo masculino na educação infantil”**, cujo objetivo é analisar as nuances vivenciadas por professores homens no trabalho com crianças, de modo a evidenciar os desafios enfrentados por estes profissionais no exercício da docência, compreendendo de que forma as diferenças socialmente construídas em torno do gêneros vem implicando na prática docente, e consequentemente no ensino-aprendizagem, realizado pela acadêmica Gabrielly Gomes dos Reis, RG: 7503138, aluna regularmente matriculada na Faculdade de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal do Pará, Campus Castanhal, sob a orientação da Professora Doutora Lilian Silva de Sales.

A minha participação no aludido estudo será no sentido de fornecer informações através de um questionário organizado com perguntas semiestruturadas. Fui alertado (a) de que, da pesquisa a ser realizada, o único benefício a esperar serão os conhecimentos produzidos pelo estudo acerca da temática em questão e uma socialização pública desses conhecimentos no órgão onde está vinculada a pesquisa. Estou ciente de que minha privacidade será respeitada, ou seja, meu nome em qualquer outro dado ou elemento que possa, de alguma forma, me identificar, será mantido em sigilo, tanto no trabalho escrito quanto na apresentação pública.

Esclareço ainda que me foi garantido o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que eu queira saber antes, durante e depois de minha participação. Enfim, tendo sido orientado(a) quanto ao teor de todo o aqui mencionado e compreendido a natureza e o objetivo do já referido estudo, manifesto meu livre consentimento em participar, estando totalmente ciente de que não há nenhum valor econômico a receber ou a pagar por minha participação. Em caso de reclamação ou qualquer tipo de denúncia sobre este estudo devo ligar para o telefone: **(91) 98961-7564** ou mandar um e-mail para: **reis\_gomes@yahoo.com.br**

Castanhal, \_\_\_\_/\_\_\_\_/2019

---

Colaborador da Pesquisa

---

Pesquisador (a)